



Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU), Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado e José Manuel da Silva Lopes Pereira.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.


### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 04/2025 – Reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2025**
  - 2. Projeto da Ata n.º 05/2025 – Reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2025**
  - 3. Projeto da Ata n.º 06/2025 - Reunião ordinária de 12 de março de 2025**
  - 4. Projeto da Ata n.º 07/2025 - Reunião extraordinária de 19 de março de 2025**
  - 5. Deliberação n.º 256/2025 – Proposta n.º 18/2025 – GAP – “Aquisição de serviços de limpeza da rede natural do concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
  - 6. Deliberação n.º 257/2025 – Proposta n.º 19/2025 – GAP – “Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT), em regime de mercado livre, às instalações dos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo do lote 1 do acordo-quadro AQ-ELE-2024, celebrado pela ESPAP, para o biénio 2025-2027 (24 meses)”.**

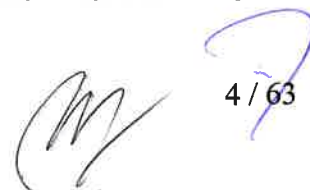
**Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

7. **Deliberação n.º 258/2025 – Proposta n.º 02/2025 – GADSEA – Adesão da Câmara Municipal à Associação adapt.local – Rede de Município para a Adaptação Local às Alterações Climáticas**
8. **Deliberação n.º 259/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 278, da Freguesia do Sado**
9. **Deliberação n.º 260/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 2575, Fração H da União de Freguesias de Setúbal**
10. **Deliberação n.º 261/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 2819, Fração D da União de Freguesias de Setúbal**
11. **Deliberação n.º 262/2025 – Proposta n.º 66/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3639, Fração AT da União de Freguesias de Setúbal**
12. **Deliberação n.º 263/2025 – Proposta n.º 67/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3838, Fração C da União de Freguesias de Setúbal**
13. **Deliberação n.º 264/2025 – Proposta n.º 68/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3958, Fração C da União de Freguesias de Setúbal**
14. **Deliberação n.º 265/2025 – Proposta n.º 69/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 4188, Fração A2 da União de Freguesias de Setúbal**
15. **Deliberação n.º 266/2025 – Proposta n.º 70/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5696, Fração B da Freguesia de S. Sebastião**
16. **Deliberação n.º 267/2025 – Proposta n.º 71/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5713, Fração D da Freguesia de S. Sebastião**
17. **Deliberação n.º 268/2025 – Proposta n.º 72/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5958, Fração A da União das Freguesias de Azeitão**
18. **Deliberação n.º 269/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 8953, Fração II da Freguesia de S. Sebastião**
19. **Deliberação n.º 270/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 9066, Fração AF da União das Freguesias de Azeitão**

20. **Deliberação n.º 271/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 10204, Fração K da Freguesia de S. Sebastião**
21. **Deliberação n.º 272/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 10287, Fração BU da Freguesia de S. Sebastião**
22. **Deliberação n.º 273/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 13576, Fração B da Freguesia de S. Sebastião**
23. **Deliberação n.º 274/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à contratação de leasing imobiliário - IMAPARK – Concurso público n.º 04/2019/DAF/DICOMP/SECOMP**
24. **Deliberação n.º 275/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à contratação de leasing imobiliário para aquisição de “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage” – Concurso público n.º 17/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**
25. **Deliberação n.º 276/2025 – Proposta n.º 84/2025 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
26. **Deliberação n.º 277/2025 – Proposta n.º 85/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na urbanização pote de água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 11, fração F, 1.º-B, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 278/2025 – Proposta n.º 86/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d'Água, na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 11, fração F, 1.º-B, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
28. **Deliberação n.º 279/2025 – Proposta n.º 87/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3, na Estrada de Santas, São Sebastião, Setúbal**
29. **Deliberação n.º 280/2025 – Proposta n.º 88/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Areia, lote 197, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal**
30. **Deliberação n.º 281/2025 – Proposta n.º 89/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para celebração de contrato de arrendamento de instalações destinadas ao funcionamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
31. **Deliberação n.º 282/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**
32. **Deliberação n.º 283/2025 - Proposta n.º 11/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar na Escola Básica da Brejoeira, Jardim de Infância de Casal de Bolinhos e Jardim de Infância de Vendas de Azeitão**
33. **Deliberação n.º 284/2025 - Proposta n.º 12/2025 – DEB/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Concelho 2021/2025 – Alteração de representante**
34. **Deliberação n.º 285/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DEB/DIGEPE – Atribuição de Subsídio à Associação Inovar Autismo – Projeto “Todas as Crianças Brincam – Mediadores para a Inclusão”**

 3163

35. **Deliberação n.º 286/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro a projetos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas**
36. **Deliberação n.º 287/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2020/2021 e 2021/2022 – Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**
37. **Deliberação n.º 288/2025 – Proposta n.º 81/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Concurso Público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**
38. **Deliberação n.º 289/2025 – Proposta n.º 82/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento de refeições escolares para alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Ajuste direto n.º 132/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**
39. **Deliberação n.º 290/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DOM – CP 06/2025/DOM – Empreitada “Requalificação do espaço A Gráfica” - Aprovação do projeto de decisão de adjudicação, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
40. **Deliberação n.º 291/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DOM – CP 13/2025/DOM - “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
41. **Deliberação n.º 292/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DOM/DIHAB – Protocolo de Colaboração com o Instituto Politécnico de Setúbal para realização de formação em audiovisual no Estúdio de Som e Imagem NBNC**
42. **Deliberação n.º 293/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DOM/DIHAB – Liquidação de dívida ao condomínio pelos proprietários não beneficiários do financiamento ao abrigo do 1.º direito - Programa de apoio ao acesso à habitação/PRR para execução de obra nas partes comuns dos prédios constituídos em propriedade horizontal**
43. **Deliberação n.º 294/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DOM – CP 17/2025/DOM - Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras” - Abertura de procedimento de contratação pública concurso público**
44. **Deliberação n.º 295/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DOM – CP 15/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e Caminho de Ferro – 2.ª fase” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
45. **Deliberação n.º 296/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro**
46. **Deliberação n.º 297/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DCDJ/DICUL/SEMU – Protocolo de Cooperação “Andersen e Fischer, dois amigos dinamarqueses em Portugal”**
47. **Deliberação n.º 298/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural 2025 - Apoio financeiro**
48. **Deliberação n.º 299/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DCDJ/DIDES – Competições Internacionais de Águas Abertas – Setúbal (POR) 2025 – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação**



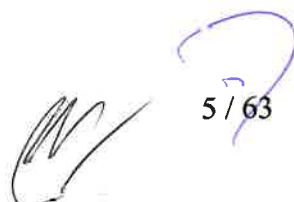
4 / 63

49. **Deliberação n.º 300/2025 – Proposta n.º 83/2025 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal – Trabalhos Complementares**
  50. **Deliberação n.º 301/2025 – Proposta n.º 70/2025 – DURB/DIGU – Minuta do Acordo de Revogação do Contrato de Urbanização – Processo n.º 951/99**
  51. **Deliberação n.º 302/2025 – Proposta n.º 71/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de um armazém industrial, portaria e muro de vedação - Processo n.º 208/24**
  52. **Deliberação n.º 303/2025 – Proposta n.º 72/2025 – DURB/DIGU – Licença para alteração ao alvará de loteamento n.º 01/96 - Processo n.º 707/92**
  53. **Deliberação n.º 304/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 100/18**
  54. **Deliberação n.º 305/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de legalização e alteração - Processo n.º 216/23**
  55. **Deliberação n.º 306/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de demolição/construção/alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 133/23**
  56. **Deliberação n.º 307/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação e alteração de edifício habitacional - Processo n.º 393/22**
  57. **Deliberação n.º 308/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de realização de obras de demolição, alteração, ampliação e construção nova destinada a habitação - Processo n.º 16/21**
  58. **Deliberação n.º 309/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DURB/DIMOT – “Ratificação do ato – Autorização para realização de Prova Desportiva “Corrida da Liberdade / 2025”, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março”**
  59. **Deliberação n.º 310/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DURB/GAGEF – Alteração oficiosa ao alvará de loteamento n.º 04/1993 - Processo n.º 623/89**
  60. **Deliberação n.º 311/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DURB/GAPGPA – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal - “Arrábida O2 – Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2025”**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito, do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo conforme documento anexo registado sob o n.º 8;



5 / 63

- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Referiu que, na sequência do apagão ocorrido na semana anterior, terá havido interrupções no fornecimento de água em diversos pontos da cidade, nomeadamente nas zonas mais elevadas. Saliu que, de acordo com as boas práticas, deveria estar garantido o abastecimento de água por um período mínimo de 24 horas em situações de emergência. Nesse sentido, questionou quais as soluções que estariam a ser ponderadas para prevenir, no futuro, a repetição de situações semelhantes, assegurando o bem-estar dos munícipes.

Relativamente à antiga Praça de Touros Carlos Relvas, referiu terem chegado ao seu conhecimento, por diversas vias, nomeadamente através das redes sociais, informações de que o espaço estaria a ser ocupado por algumas pessoas. Solicitou esclarecimentos sobre a veracidade dessa situação.

Chamou ainda a atenção para o estado de conservação do lago do Jardim da Algodeia, alertando para problemas de limpeza e tratamento que, a seu ver, poderão constituir um risco para a saúde pública.

Deu igualmente nota de que foram recebidas denúncias por parte de munícipes relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos em vários pontos da cidade, questionando se terá ocorrido alguma alteração nos procedimentos habituais desse serviço.

Por fim, solicitou que fosse considerada a possibilidade de proceder à limpeza de uma zona de descampado situada na Rua Bráz Martins, onde se verifica acumulação de resíduos, situação agravada pelo facto de o local ser frequentado por crianças, o que poderá representar um risco para a saúde pública.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que tinham observado a instalação, em diversos pontos da cidade, de Mupis digitais da empresa JCDecaux, alguns dos quais colocados em passeios já de si estreitos, comprometendo a circulação pedonal, e outros localizados em vias mais largas. Considerou que tais instalações poderiam inicialmente ser interpretadas como integradas no âmbito do projeto “Bairros Comerciais Digitais”. No entanto, a localização de alguns desses equipamentos, nomeadamente o exemplo da Praça de Portugal — zona que não é abrangida por aquele projeto —, contraria essa interpretação.

Nesse contexto, questionou se a instalação daqueles Mupis digitais estaria a doer ao abrigo de uma licença emitida em mandatos anteriores, mas cuja execução ainda não se

tivesse concretizado por parte do operador. Sublinhou que, no mandato em curso, não tinha sido aprovada em reunião de câmara qualquer deliberação que autorizasse a instalação desses equipamentos. Caso não exista qualquer licenciamento válido, considerou que se estaria perante uma instalação irregular, realizada sem a devida aprovação em sede de reunião de câmara, tal como tem ocorrido com outros processos semelhantes que carecem de deliberação.

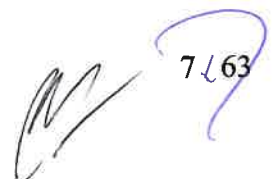
**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Referiu que o parque de estacionamento público do Terminal Intermodal de Setúbal se encontrava sem elevador há cerca de dois meses, verificando-se igualmente avarias frequentes nos portões de entrada e saída, bem como no portão de acesso à escadaria. Solicitou esclarecimentos sobre a situação, nomeadamente quanto à sua resolução.

Referiu ainda ter ouvido atentamente a intervenção do Senhor Presidente na sessão comemorativa do 25 de Abril, na qual este afirmara, com convicção, que *“há quem tenha esquecido, mas em 1970 mais de 11 mil pessoas viviam nos 22 bairros de lata, ou como por aqui se dizia, nos 22 bairros de folha de Setúbal. Hoje e no presente mandato autárquico, acabámos finalmente com as barracas em Setúbal”*. Assinalou que gostaria de poder congratular-se com essa afirmação, pois tal significaria uma melhoria significativa para a cidade, objetivo comum a todos os que nela vivem. No entanto, considerou que não correspondia à verdade, sustentando que foi sob responsabilidade da CDU que se permitiu o reaparecimento de situações de barracas na cidade. Acrescentou que a sua afirmação visava apenas repor a justiça dos factos, referindo como exemplos concretos os casos da Quinta da Caiada, da Mecânica Setubalense e da Quinta da Parvoíce, onde, segundo referiu, surgiram novamente construções precárias.

Referiu que era importante preservar a memória e que não partilhavam da convicção expressa pelo Senhor Presidente de que não existissem atualmente barracas no concelho, apontando como exemplo a zona da Manteigada, onde existiam diversas construções precárias. Esclareceu que estas não se destinavam exclusivamente ao apoio agrícola ou à criação de gado, sendo habitadas por pessoas. Considerou, por isso, fundamental proceder a um levantamento rigoroso da situação existente. Sublinhou ainda que a ausência de saneamento básico nesses locais, com deposição de dejetos humanos e animais, representava um sério risco para a saúde pública.

Recordou que o país lançara o Programa Especial de Realojamento (PER) e que o Município de Setúbal tinha procedido ao realojamento das últimas famílias abrangidas por esse programa no ano de 2022. Contudo, observou que, passados 23 anos desde o lançamento do PER, afirmar que se tinha acabado com as barracas era revelador do quanto Setúbal se tinha perdido no tempo, mantendo um passado presente, marcado por más memórias e pela ausência de respostas adequadas.

Acrescentou que as atuais respostas à necessidade habitacional passavam, em muitos casos, pela ocupação de prédios devolutos, incluindo edifícios de propriedade municipal. Denunciou a ausência de construção pública municipal nas últimas duas décadas, o que gerou um vazio significativo na oferta de habitação pública, agravado pelos preços elevados da habitação e das rendas, inacessíveis para grande parte da população. Essa realidade conduzia, segundo referiu, à construção de novas barracas, muitas vezes sem condições mínimas de habitabilidade, podendo configurar um “novo velho problema”. Destacou ainda o aumento diário dos pedidos de habitação pública municipal, os quais apresentavam



7163

características distintas dos registados no passado, sendo que, na maioria dos casos, não estavam a ser dadas respostas, por não existir construção habitacional em curso no concelho.

**Sr. Vereador Fernando José** – Em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou uma saudação ao Vitória Futebol Clube pela subida à 1.ª Divisão Distrital, e ao Clube de Futebol Comércio e Indústria, por ter assegurado a manutenção no Campeonato Nacional. Endereçou felicitações aos atletas, treinadores, dirigentes, sócios e simpatizantes de ambos os clubes, reconhecendo o mérito e o esforço coletivo dessas duas importantes instituições desportivas da cidade.

Referiu, em seguida, que a Câmara Municipal de Setúbal havia contratado uma empresa para a realização de obras no Bairro da Camarinha, obras essas que aparentavam estar concluídas. Contudo, constatou que, naquela fase, eram os próprios serviços da Câmara Municipal que estavam no terreno a concluir ou a corrigir intervenções que, alegadamente, não teriam sido devidamente executadas pela empresa contratada. Perante tal situação, questionou o Senhor Presidente sobre os motivos que levaram a que, existindo uma empreitada atribuída a uma entidade externa, fossem os serviços municipais a assegurar a conclusão dos trabalhos, os quais pareciam não ter fim.

Questionou o Senhor Vereador Carlos Rabaçal, que ao longo do mandato afirmara que determinadas obras iriam tornar-se uma realidade em breve, sobre o ponto de situação das intervenções de requalificação na Rua da Nova Jardía e na Rua da Padaria. Recordou que o Senhor Vereador apelara à calma, assegurando que as obras avançariam a curto prazo. No entanto, passados três anos e meio, referiu que não havia qualquer sinal da prometida pavimentação, mantendo-se ambas as vias em estado de degradação, com abatimentos na estrada e queixas constantes por parte dos residentes, que continuavam a aguardar por soluções.

Acrescentou que, após uma inauguração que considerou ter decorrido de forma insatisfatória, a Estrada de São Gonçalo permanecia num estado lastimável, tornando-se praticamente intransitável em dias de chuva. Criticou o facto de a intervenção naquela via ter sido amplamente divulgada na página oficial do município como uma obra de requalificação, quando, na sua ótica, apenas se havia “pintado o problema”, sem que tivesse sido realizada qualquer intervenção estrutural efetiva. Reforçou que a situação era evidente para todos os que ali circulavam diariamente e que os munícipes residentes em Azeitão se queixavam com frequência dessa realidade.

Esclareceu ainda que se referia à Estrada da Rua de São Gonçalo em Azeitão, e não à homónima em São Domingos de Rana ou em Alcabideche. Questionou, por fim, se o Senhor Vereador manteria, até ao final do mandato, o compromisso que assumira com tanta firmeza de que o problema estaria resolvido.

Referiu que o Senhor Presidente havia reafirmado, durante o presente mandato, um compromisso assumido pela CDU com os setubalenses nos anos de 2009, 2013, 2017 e 2021: a construção da nova Biblioteca Municipal em Setúbal. Recordou que chegaram a ser colocados grandes outdoors junto ao auditório do Largo José Afonso, publicitando essa intenção. Acrescentou que o Senhor Presidente, em sede de reunião de Câmara, garantira de forma efusiva que essa construção se tornaria uma realidade ainda durante o atual mandato. Nesse contexto, questionou o Senhor Presidente sobre quando se previa o lançamento da primeira pedra da nova Biblioteca Municipal.

**Sra. Vereador Rita Carvalho** – Relativamente à instalação dos Mupis digitais, referiu que o que estava em causa era apurar se a sua colocação decorria do cumprimento de uma deliberação tomada em reunião de Câmara em dezembro de 2024, nomeadamente a deliberação n.º 733/2024, que previa a substituição de Mupis estáticos por Mupis digitais, ou se se tratava apenas da continuidade contratual já existente, no âmbito do contrato celebrado anteriormente com a empresa responsável.

No que respeita ao parque de estacionamento do Interface de Setúbal, esclareceu que o elevador se encontrava desligado durante o período noturno. Referiu que, por questões de segurança, o referido elevador apenas dava acesso ao parque de estacionamento do Interface e, nesse sentido, era desativado fora do horário de funcionamento, podendo, em alternativa, ser utilizada a escada ou o portão de saída para o exterior do edifício.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação à situação verificada com o abastecimento de água durante o período do apagão, referiu que existiam duas redes de abastecimento: uma proveniente de Setúbal e outra de Azeitão. No que respeita à rede de Setúbal, foi possível manter o abastecimento de água em 54% das habitações, enquanto os restantes 46% ficaram sem fornecimento. Em Azeitão, 52% das habitações foram afetadas com a interrupção no abastecimento.

Esclareceu que o fornecimento de água se manteve em funcionamento nas zonas da Azeda, Brancanes, Pinheirinhos (com apoio), Bela Vista (com apoio) e Creiro, áreas cuja dimensão do sistema era mais adequada à população que serviam. No entanto, advertiu que, se a situação se tivesse prolongado por mais quatro ou cinco horas, teria sido inevitável a interrupção total do abastecimento de água.

Referiu que os constrangimentos registados resultaram da insuficiência de reservas no sistema de abastecimento de água em Setúbal. Assinalou que esse sistema sofreu poucas alterações ao nível da captação, adução e capacidade de armazenamento, sendo que os depósitos existentes – alguns com 10, 15 ou 20 anos – já se encontravam instalados antes da concessão do serviço. Destacou, assim, que o município enfrentava uma situação de subdimensionamento da capacidade de reserva de água, estando a ser desenvolvido um esforço significativo para colmatar essa insuficiência, sobretudo ao nível da captação, que dependia essencialmente de energia elétrica. Acrescentou que os depósitos enchiam e esvaziavam rapidamente, dada a sua reduzida dimensão e insuficiência face às necessidades atuais.

Informou que tinha sido apresentada, nos Serviços Municipalizados, uma proposta para a realização de uma grande obra que visava a construção de uma adutora de grande capacidade. Explicou que, embora já tivesse sido triplicada a capacidade de captação de água em Pinhal de Negreiros, era agora necessário garantir a capacidade para a sua eficiente condução.

A adutora atualmente existente, com cerca de 6 quilómetros de extensão, ligava o Pinhal de Negreiros à Bassaqueira e permitia um melhor transporte de água, possibilitando o enchimento mais rápido dos poços ali localizados. Adiantou ainda que estava prevista a construção de um novo depósito na Bassaqueira, e que seria igualmente apresentada uma proposta para a criação de uma nova adutora entre a Bassaqueira e S. Domingos.

Referiu, por fim, que seria necessário construir um novo depósito em S. Domingos, com o objetivo de assegurar que a zona de Azeitão passasse a dispor de uma reserva de água suficiente para três dias.

 9/63

No que respeita ao lado de Setúbal, informou que já estavam reservados os terrenos e elaborados os respetivos projetos para o reforço do sistema nas zonas do Viso, Azeda e Pinheirinhos, onde se planeava a construção de um novo depósito apoiado, bem como na Bela Vista, onde também estava previsto um depósito apoiado de grande dimensão. Referiu que todas estas infraestruturas seriam edificadas com critérios antissísmicos.

Salientou que a execução destes projetos implicaria um grande esforço financeiro, estimando-se a necessidade de um montante total de aproximadamente 10 milhões de euros para abordar a problemática na sua totalidade. Contudo, reconheceu que o Município não dispunha desse valor atualmente. Além dos 5 milhões de euros obtidos através de empréstimo e dos meios próprios disponíveis, seria necessário assegurar mais 10 milhões de euros para a conclusão das obras.

Indicou que a principal preocupação recaía sobre a zona de Azeitão, onde as intervenções previstas atingiam um valor próximo de 4 milhões de euros. Enfatizou que este era um esforço imprescindível, sobretudo tendo em conta que, nos últimos 25 anos, nada fora realizado para resolver esta situação, a que se somava o envelhecimento dos equipamentos existentes.

Referiu que seria realizado um grande esforço para recuperar o atraso acumulado, com o objetivo de criar condições que permitissem a existência de uma reserva de água suficiente para três dias, assegurando igualmente o abastecimento e a qualidade da água. Destacou que os municípios que não dispõem de captação própria e que beneficiam de abastecimento gravítico enfrentaram menos dificuldades durante o apagão, em contraste com os municípios cuja captação depende de furos próprios e energia elétrica.

Explicou que, por essa razão, foi considerada a possibilidade de adquirir geradores capazes de manter o funcionamento dos furos em situações de emergência. No entanto, a capacidade elétrica necessária para tal era elevada. Enfatizou que o mais importante seria garantir a existência de depósitos com capacidade suficiente para armazenar água para vários dias, de modo a permitir a gestão do abastecimento ao longo do tempo, mesmo que ultrapassasse os três dias.

Sublinhou que a questão central da rede de abastecimento de água em Setúbal residia na capacidade de reserva, muito mais do que nas perdas de água, cujo custo estimado de resolução ascenderia a 150 mil euros, face aos 20 milhões necessários para resolver o problema da reserva. Reforçou que, para o executivo da CDU, garantir uma reserva adequada de água constitui uma prioridade essencial.

Relativamente à recolha do lixo, informou que no dia 1.º de maio ocorreu uma falha na recolha, que não foi efetuada pela empresa Rodolixo. Após ter sido formalmente intimada, a empresa solucionou o problema. Referiu que existiam inúmeros problemas recorrentes com a Rodolixo, nomeadamente no levantamento dos resíduos enterrados, processo que vinha sendo realizado de forma deficiente, originando dezenas de queixas.

Acrescentou que a Câmara Municipal se encontrava em fase de avaliação do contrato, com o objetivo de apurar se existiam condições para a adoção de medidas mais rigorosas. Salientou que, na prática, a autarquia tinha de intervir constantemente com equipas próprias para limpar os resíduos deixados pela empresa, situação que considerava inaceitável.

Informou que o contrato com a Rodolixo terminava em agosto e que estavam em curso a aquisição de duas viaturas e a contratação de equipas, de modo a que, a partir de agosto/setembro, a Câmara Municipal pudesse assumir integralmente a recolha dos resíduos enterrados, assegurando assim a qualidade e sustentabilidade do serviço. Referiu ainda que,

apesar da existência de outras empresas capazes de realizar este trabalho, a sua prestação não tinha sido considerada satisfatória.

A Câmara Municipal manifestou a intenção de internalizar integralmente a gestão da recolha dos resíduos dos contentores enterrados, de modo a dispor de capacidade para gerir o serviço com meios próprios e com o nível de exigência adequado.

No que diz respeito à Rua Bráz Martins, referiu desconhecer se a responsabilidade da limpeza incumbia à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal, comprometendo-se a proceder à devida averiguação.

Relativamente às barracas e especificamente à questão do bairro de lata da Quinta da Parvoíce, informou a senhora vereadora que havia uma preocupação evidente, dado o elevado investimento que tem sido feito na área habitacional. Destacou o enorme esforço desenvolvido para resolver os problemas relacionados com as barracas, tendo-se conseguido erradicar o último bairro de barracas na cidade.

Relativamente à Quinta do Garingo, situada na zona da Manteigada, a Câmara Municipal realizou uma visita ao local acompanhada por elementos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), uma vez que os terrenos são propriedade do IHRU e de particulares. O objetivo da visita foi encontrar uma solução para proceder à limpeza geral daquele espaço e criar um parque urbano. A questão central prende-se com a limpeza do local, onde existiam diversas barracas que serviam de apoio a hortas, mas sobretudo à criação de animais, prática esta ilegal. Foi referido que existia uma grande quantidade de capoeiras e criação de animais na área.

No momento da visita, não residia ninguém nas barracas, embora na periferia estivesse alojado um indivíduo numa casa, que aguardava ser realojado. Destacou-se a importância, ao abordar as questões habitacionais em Setúbal, de considerar os debates ocorridos no âmbito da campanha eleitoral, para compreender que o problema não se restringia a Setúbal, mas era nacional. Ressaltou que, ao longo dos anos, a governação do país esteve maioritariamente a cargo do Partido Socialista (80%) e do Partido Social Democrata (20%), sendo a política habitacional uma política nacional dependente dos meios e recursos financeiros disponibilizados pelo Governo em parceria com as câmaras municipais, mas com financiamento exclusivo do Estado Central.

Enfatizou que a atual situação resulta de sucessivos erros, omissões, incapacidades e incompetências dos governos que se sucederam, conforme reconhecido pelo líder do PS e candidato a primeiro-ministro, Pedro Nuno Santos.

Referiu que, repetidamente, naquela sala o Partido Socialista se manifestava como se estivesse numa bolha, afirmando a existência de um problema grave no concelho. No entanto, esclareceu que havia outros concelhos com problemas muito mais graves e de maior dimensão. Manifestou certo incómodo pelo facto de o município de Setúbal ser aquele que mais investia em reabilitação urbana, que mais fundos captava através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e que mantinha uma relação próxima com a população.

Reconheceu que, apesar dos problemas existentes, estavam a ser resolvidas diversas questões relacionadas com a reabilitação, de forma profunda e sustentada. Informou que o município aguardava há mais de dois anos pela aprovação de candidaturas apresentadas em tempo útil, estando este atraso associado a processos por parte do Partido Socialista e, durante o último ano, também do PSD, com as candidaturas nunca terem sido analisadas ou respondidas.

Enfatizou o esforço realizado pelo município de Setúbal, pelas suas equipas técnicas e operacionais no terreno, contando com o apoio inequívoco da maioria da população, o qual

 11/63

considerou de importância fundamental. Manifestou estranheza face às críticas que imputavam ao executivo a responsabilidade pelo surgimento de barracas, questionando o que se pretendia com tais afirmações.

Relativamente à nova centralidade dos territórios da Bela Vista, referiu que a profunda reabilitação em curso tinha vindo pôr termo à perceção de que aqueles bairros eram zonas degradadas. Afirmou que os mesmos passariam a contar com as melhores habitações do concelho, devidamente adequadas às necessidades da vida das pessoas. Com a nova construção promovida pelo IHRU e pela Câmara Municipal, estava a ser criada uma urbanização com uma centralidade altamente qualificada, com residentes altamente qualificados e com equipamentos de elevada qualidade. Sublinhou que era essa a transformação que estava a ser concretizada, reconhecendo que tal processo poderia ser incómodo para alguns, mas garantiu que a situação iria mudar de forma radical.

Quanto à empreitada no Bairro da Camarinha, informou que a obra fora adjudicada a uma empresa cujo desempenho foi insatisfatório. A empresa em causa não executou os trabalhos conforme o previsto e recusou proceder às devidas correções. Perante tal incumprimento, a Câmara Municipal acionou a respetiva garantia bancária e decidiu que os seus próprios serviços iriam intervir para concluir e pavimentar adequadamente o espaço em questão, assegurando a resolução célere do problema com recurso à verba da garantia pela parte dos trabalhos não executados.

Informou que a Câmara Municipal estava a trabalhar intensamente em Azeitão, mencionando intervenções na Rua dos Morangos, Rua da Revolução e no lado oposto da Estrada da Morgada, tendo outras ruas já sido intervencionadas. Reconheceu que ainda não se tinha chegado à Rua da Jardía e à Rua da Padaria, mas assegurou que essas intervenções seriam concretizadas. Considerou que o senhor Vereador, por frequentar frequentemente aquelas vias, poderia sentir-se mais incomodado com a situação, mas sublinhou que havia muitas outras pessoas que estavam a ver os seus problemas resolvidos.

Relativamente à Estrada de São Gonçalo, referiu que fora realizada uma pequena intervenção, considerada irrelevante, estando prevista uma obra de maior envergadura ao abrigo do empréstimo de 600 mil euros, com vista à correção de situações menos conseguidas. Considerou que os problemas naquela via, tanto a montante como a jusante, resultavam do urbanismo “terceiro-mundista” imposto pelo Partido Socialista em Azeitão durante duas décadas. Acrescentou que era necessário conhecer a história urbanística da zona, referindo que o senhor Presidente poderia esclarecê-la, por ter acompanhado a situação enquanto vereador do urbanismo. Explicou que a Estrada de São Gonçalo era recorrentemente destruída por fenómenos de pluviosidade intensa, dado que tinham sido suprimidas ou tapadas as ribeiras naturais, sem a criação de bacias de retenção adequadas, o que comprometia o escoamento das águas.

Referiu que havia ainda muito trabalho a realizar, informando que existia um plano de bacias para a zona de Azeitão, aguardando-se parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) para que fosse possível definir um plano de ação destinado à recolha das águas pluviais, que atualmente destruíam as vias por ausência de infraestruturas adequadas. Considerou que tal situação resultava de um urbanismo selvagem e terceiro-mundista levado a cabo pelo Partido Socialista durante vários anos. Assegurou que o executivo CDU estava empenhado em corrigir sistematicamente os erros urbanísticos do passado, afirmando que grande parte do trabalho consistia em remediar decisões erradas tomadas anteriormente.

Informou ainda que o município teve necessidade de reunir com a população da zona das Várzeas para tentar corrigir situações urbanísticas que, nos dias de hoje, não seriam aprovadas, mas que tinham sido autorizadas durante mandatos do PS. Apontou que muitas dessas urbanizações não dispunham de ruas com condições adequadas, nem de equipamentos de apoio. Acrescentou que também se encontravam a discutir soluções para problemas semelhantes na Quinta da Amizade e noutros locais do concelho. Concluiu referindo que não existiam recursos financeiros suficientes para, de forma imediata, corrigir todos os problemas causados por décadas de ausência de investimento adequado em urbanização.

**Sra. Vice-Presidente** – Relativamente ao trabalho em curso no Parque da Algodeia, informou o senhor vereador Paulo Calado que estavam a ser realizados, desde o início da semana, trabalhos de limpeza, desenvolvidos em colaboração entre os serviços municipais e uma empresa da especialidade. Explicou que o fundo do lago da Algodeia apresentava características diferentes do lago existente no Parque do Bonfim, não permitindo um simples esvaziamento para limpeza, dado conter pedras e seixos de grandes dimensões.

Os serviços procediam à remoção desses materiais, com vista à realização de uma limpeza profunda, essencial para a salvaguarda dos animais que habitavam o lago e para o combate ao fenómeno de eutrofização. Informou que os peixes e as tartarugas foram temporariamente retirados e colocados em reservatórios e tanques apropriados. A operação de limpeza estava a ser efetuada com recurso a um camião de grande porte que realizava a sucção dos detritos orgânicos, os quais seriam posteriormente sujeitos a tratamento específico.

Esclareceu que esta intervenção não correspondia a uma ação de manutenção de rotina, mas sim a uma limpeza profunda e necessária para a preservação do ecossistema existente naquele equipamento municipal. Assinalou ainda que o lago acolhia muitos animais, nomeadamente peixes e tartarugas deixados ali por particulares, o que justificava a existência de boas condições de acolhimento. Referiu também a presença regular de patos migratórios, que alternavam entre o Parque do Bonfim e o Parque da Algodeia, tendo estabelecido uma relação de proximidade com a população local. Considerou ser extraordinário o facto de se poder viver na cidade com a sensação de proximidade com o campo, devido à presença desses animais e à relação que estabeleciam com o espaço urbano.

**Presidente** – Relativamente à situação da praça de touros, informou o senhor vereador que, na sequência de informações veiculadas nas redes sociais, dando conta da alegada ocupação daquele espaço por emigrantes, os serviços municipais procederam, logo na manhã de segunda-feira, a uma visita ao local, não tendo sido detetada qualquer anomalia. Confirmou que as portas do edifício não tinham sido violadas e que não havia qualquer ocorrência extraordinária a registar.

Considerou que aquele era mais um exemplo do modo como as redes sociais eram utilizadas para divulgar informações infundadas ou incorretas, servindo interesses diversos. Ainda assim, sublinhou que, enquanto entidade responsável pela prestação de um serviço público, a Câmara Municipal tinha o dever de acompanhar e verificar este tipo de situações, o que motivara a deslocação dos serviços de fiscalização, apesar de haver outras tarefas programadas.

Informou o senhor vereador Fernando José que era efetivamente verdade que, naquele mandato, se iriam iniciar as obras da nova Biblioteca Municipal. No entanto, sublinhou que, conforme já havia referido anteriormente, todos deveriam assumir a sua quota de responsabilidade nos processos. Recordou que, há cerca de um ano, tinha sido submetido à reunião de Câmara um pedido de empréstimo para a construção da Biblioteca, o qual acabou por ser retirado. Explicou que essa decisão foi tomada porque, sendo o executivo responsável pela gestão do município, não podia avançar com um investimento da ordem dos 7,5 milhões de euros, tendo em conta o corte nas receitas municipais, estimado em mais de 20 milhões de euros até ao final do mandato, na sequência de uma proposta aprovada pelos senhores vereadores da oposição em reunião de Câmara.

Esclareceu que, embora a proposta de empréstimo tenha sido aprovada em reunião de Câmara, não foi remetida à Assembleia Municipal, dado que se considerou que já não existiriam condições para garantir a concretização daquele investimento. Reiterou, assim, que cada um deveria assumir a sua parte de responsabilidade no processo.

Por fim, informou que, naquele mesmo dia, teria início o Festival Internacional de Música de Setúbal, com o primeiro concerto agendado para as 21 horas, tendo apelado aos senhores vereadores para que procurassem conter a duração das suas intervenções, de modo a que pudessem todos estar presentes no início do festival.

Na sequência do apagão registado, referiu-se que ocorreram situações pontuais de falha no abastecimento de água em várias zonas do concelho. Algumas dessas situações, conforme já havia sido referido pelo senhor vereador Carlos Rabaçal, estariam relacionadas com o facto de os reservatórios de água existentes se encontrarem dimensionados para uma população significativamente inferior à atual. Indicou-se que esses reservatórios tinham sido concebidos para servir uma população de cerca de 100 mil habitantes, população essa que, além de ter crescido, não se encontrava uniformemente distribuída pelo território, mas sim concentrada em determinadas freguesias.

Sublinhou-se que, nessas circunstâncias, existiam reservatórios que não estavam dimensionados para garantir a continuidade do abastecimento durante um período prolongado de interrupção do fornecimento de eletricidade, o que, inevitavelmente, conduzia a falhas no abastecimento de água. Destacou-se ainda que a falta de investimento e de redimensionamento adequado dos reservatórios se devia, em grande parte, ao facto de, durante os últimos 25 anos, a gestão do sistema de abastecimento de água ter estado sob responsabilidade privada.

Acrescentou que a gestão privada do sistema de abastecimento de água teve, ao longo dos 25 anos em que esteve em vigor, como objetivo principal o lucro, conforme estipulado nos próprios contratos de concessão. Foi referido não haver qualquer oposição de princípio à existência de empresas que procurem alcançar os seus objetivos com fins lucrativos, sendo o lucro uma condição inerente à atividade empresarial. Contudo, sublinhou-se que a questão essencial residia na existência de uma entidade privada a gerir um bem essencial como a água ou os resíduos.

No caso específico da água, foi recordado que, tal como havia sido assumido publicamente, a gestão do sistema foi re-municipalizada, regressando à esfera da Câmara Municipal. Nesse contexto, com base numa análise prospetiva do crescimento populacional por freguesia, já se encontrava previsto, sob gestão municipal, um plano de ampliação ou construção de novos reservatórios nos locais onde o aumento da população assim o justificasse.

Concluiu-se que essa antecipação e planeamento não tinham sido realizados no passado, havendo responsáveis por essa situação. Foram 25 anos de gestão privada focada na

obtenção de lucros, e não na resolução efetiva dos problemas estruturais e nas necessidades reais das populações.

Foi referido que, em determinadas zonas da cidade, a falta de água registada durante o apagão teve carácter pontual, explicando-se, em grande parte, pela falha de energia que afetou os sistemas de bombagem nos edifícios mais altos, nomeadamente os hidropressores. Com o corte de energia elétrica, estes equipamentos deixaram de funcionar, o que impediu o abastecimento de água, sobretudo nos fogos localizados em cotas mais elevadas. Sublinhou que, de forma geral, a interrupção no fornecimento de água teve um carácter localizado e limitado no tempo.

Informou ainda que, no âmbito das três reuniões realizadas com a Proteção Civil Municipal, foi elaborado um relatório que seria disponibilizado aos senhores vereadores para consulta.

No seguimento da intervenção, foi recordado que, durante as comemorações do 25 de Abril, tinha sido abordada a questão da escassez de habitação, não apenas em Setúbal, mas em todo o território nacional. A título de exemplo, foi mencionado o cenário dos anos 70, período em que a cidade de Setúbal se encontrava rodeada por bairros de barracas, conhecidos como “os bairros da folha”. Considerou relevante a evocação da história recente do país, para melhor compreender o percurso da evolução social e urbana e os retrocessos que, por vezes, esse percurso também pode comportar.


Foi afirmado que o atual executivo municipal tem vindo a envidar todos os esforços ao seu alcance para criar melhores condições de habitabilidade para quem pretende viver em Setúbal. Destacou-se que foi durante o presente mandato que se procedeu à erradicação do último bairro de barracas no concelho, facto que se reconheceu ser do conhecimento de todos os senhores vereadores.

Foi ainda referido que o Partido Socialista esteve no Governo durante os últimos oito anos e que foi no âmbito do Governo do PS que se tomou a iniciativa de erradicar as barracas da Quinta da Parvoíce, reconhecendo os próprios serviços dos ministérios governamentais essa ação como a eliminação do último bairro de barracas em Setúbal. Contudo, sublinhou que a responsabilidade pela execução prática dessa erradicação e, em particular, pela solução encontrada para o realojamento das 74 pessoas que habitavam nesse bairro, coube ao executivo municipal, de maioria CDU, e não aos vereadores da oposição que apenas vinham manifestar críticas.

O executivo municipal, de maioria CDU, manifestou que acreditou nas promessas do Governo do Partido Socialista relativamente à apresentação da proposta e dos projetos para a construção de 500 novas habitações. Contudo, realçou que, na prática, não houve resposta nem viabilização desses projetos por parte do Governo PS. Informou que, após a tomada de posse do novo Governo liderado pelo PSD, o senhor ministro comunicou que não haveria mais financiamento do PRR para novas habitações, atribuindo tal decisão à inércia do Governo anterior do Partido Socialista.

Foi também referido que os vereadores do PS abordavam determinados temas, mas mostravam-se surpreendidos quando lhes eram apresentadas respostas contundentes, como se pretendessem transferir para o executivo municipal a responsabilidade pela gestão atenta dos problemas locais. Sublinhou que não poderiam ter memória curta perante os factos apresentados.

Relativamente às barracas situadas na zona da Manteigada, informou que os serviços da Câmara Municipal realizaram, em 2023, um levantamento de todas as barracas existentes, tendo concluído que não havia qualquer pessoa a residir nas mesmas. Atualmente, não se podia afirmar que houvesse pessoas a viver nas referidas barracas.

 15/63

O executivo municipal assumia a sua quota de responsabilidade nesta matéria, contudo, foi recordado aos vereadores que a maioria dos terrenos em questão pertencia ao IHRU — um instituto da Administração Central, dirigido por um ministro que tinha sido nomeado por governos do Partido Socialista ou do PSD.

Reforçou que o executivo CDU procurava, dentro das suas competências, dar resposta aos problemas das populações.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que não podia deixar de assinalar que, passados 24 anos de mandatos consecutivos da CDU, ainda se encontravam a desenhar os projetos das bacias de retenção. Considerou que, se persistiam problemas relacionados com a acumulação de águas nas vias em Azeitão, tal responsabilidade remontava ao milénio passado, sendo inaceitável que, ao fim de 24 anos, se continuasse a tentar sacudir responsabilidades.

Em resposta à intervenção do senhor vereador Carlos Rabaçal, observou que a Quinta das Várzeas era uma AUGI — Área Urbana de Génese Ilegal —, o que significava tratar-se de uma zona reconvertida, com alvarás de loteamento emitidos pela CDU em 2007. Acrescentou que esses alvarás cumpriam o disposto no PDM, bem como a legislação e os regulamentos em vigor à data. Caso tal não correspondesse à verdade, afirmou duvidar que a CDU tivesse procedido à emissão dos referidos alvarás.

Na sequência da sua intervenção, referiu que a senhora vereadora Rita Carvalho apontara a deliberação n.º 733/2024 como sendo a que sustentava a colocação dos Mupis digitais anteriormente mencionados. Contudo, esclareceu que tal deliberação não dizia respeito à situação em causa, tratando-se de um processo com outro requerente, a empresa Drimidea, relacionado com a substituição de Mupis já existentes.

Esclareceu que a sua referência era à instalação de novas estruturas publicitárias pela empresa JCDecaux. Afirmou ter conhecimento de que a JCDecaux mantinha novos contratos com o município, assim como com vários outros municípios, sendo praticamente monopolista naquele tipo de instalação. Perante isso, questionou se os Mupis que estavam a ser colocados naquele momento se enquadravam em algum dos contratos já licenciados, mas ainda não executados, ou se se tratava de uma ocupação de via pública ainda não devidamente licenciada.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Referiu que pretendia deixar claro que não existia qualquer incómodo relativamente à alegada erradicação de barracas, como fora ali entendido; pelo contrário, a intervenção da sua bancada refletia a intenção de procurar o melhor para Setúbal. Acrescentou que, ao longo do tempo, a questão da Quinta da Parvoíce e das barracas fora frequentemente levantada pela sua bancada, facto que considerava facilmente comprovável.

Criticou determinadas intervenções, que classificou como meras tentativas de “*atirar areia para os olhos*”, salientando que, durante 23 anos, se verificou um vazio de respostas concretas. Afirmou que, não fosse o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a nova geração de políticas de habitação — cuja Estratégia Local de Habitação, desde a sua elaboração, se mantinha desatualizada — a situação permaneceria inalterada.

Comentando as declarações do senhor Presidente, que falara em direitos e esperanças, afirmou que os direitos e as esperanças constroem-se diariamente, e que não se podia aceitar viver 23 anos sem direitos e sem esperança.

**Sr. Presidente** – Referiu que não compreendia qual fora o objetivo da intervenção da senhora vereadora, salientando que a Estratégia Local de Habitação fora elaborada pelo executivo da CDU, sendo também este o responsável pela sua execução. Sublinhou que não fora dado cumprimento à referida estratégia — reconhecida pelo Governo do Partido Socialista como um documento exemplar — não por responsabilidade do executivo da CDU, mas por falta de resposta aos projetos que este apresentara no âmbito da construção de nova habitação.

Acrescentou que, como a senhora vereadora bem sabia, Setúbal era o terceiro município a nível nacional com maior número de candidaturas aprovadas no âmbito do PRR. Relativamente à requalificação da habitação nos bairros municipais, referiu que, apesar de o Governo do Partido Socialista ter assumido tratar-se de bairros da responsabilidade da Administração Central, os serviços municipais mantinham equipas permanentes no terreno a intervir nesses bairros. Ainda assim, a Câmara Municipal assumira o ónus de toda aquela habitação, embora sem dispor de condições orçamentais para realizar as intervenções necessárias.

Afirmou que o aproveitamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) constituía uma oportunidade única. Assegurou que o executivo fizera tudo o que estava ao seu alcance para concretizar a intervenção de requalificação, com o objetivo de garantir que as populações que escolheram Setúbal para viver pudessem usufruir de condições dignas de habitação, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa desde 1976. Sublinhou que era dessa forma que o executivo demonstrava o seu compromisso com Setúbal.

Criticou a postura de constante censura e desresponsabilização, afirmando que não se tratava de “*dizer mal de tudo e mais alguma coisa*”, nem de “*sacudir a água do capote*”, como considerou que alguns tinham feito nas várias intervenções realizadas. Recordou que os senhores tinham tido responsabilidades durante muitos anos na gestão da Câmara Municipal, sendo os problemas atuais fruto de questões que se arrastaram ao longo desse período e que o atual executivo procurava resolver.

Sublinhou ainda que, apesar de o Partido Socialista ter governado durante oito anos a nível nacional, continuava a interpelar o executivo da CDU sobre questões que competiam ao Governo da República, nomeadamente na área da habitação — podendo ainda acrescentar, se assim o entendesse, as áreas da saúde e da educação. Concluiu, afirmando que, por vezes, quanto mais se falava, mais penalizadoras se tornavam as próprias intervenções.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu o Partido Socialista ainda dispunha de 7 minutos, enquanto a CDU já se encontrava com tempo negativo, pelo que não lhe poderia ceder tempo. Sugeriu, contudo, que eventualmente o PSD pudesse ceder parte do tempo disponível. Sublinhou que, uma vez que se impunha o cumprimento do regulamento, essa teria de ser a forma de proceder.

Prosseguindo, afirmou que, contrariamente ao que fora anteriormente dito, quem sistematicamente “*sacudira a água do capote*” ao longo dos últimos 24 anos fora o executivo da CDU, ao atirar responsabilidades para terceiros. Considerou que não havia outra forma de interpretar os factos, sendo essa uma realidade bem conhecida pelos setubalenses. Sempre que surgia um problema, imputava-se a responsabilidade à anterior gestão socialista, apesar de já terem passado mais de 24 anos, ou à Administração Central, sendo a responsabilidade permanentemente atribuída a outros.

Afirmou ainda que, mesmo no atual mandato, sempre que se levantavam questões relativas a mandatos anteriores, a responsabilidade era remetida para a anterior presidente, e nunca

assumida pela CDU. Concluiu referindo que a CDU nunca assumia qualquer tipo de responsabilidade — e o senhor Presidente também não.

Referiu que o senhor Presidente mencionara cortes de receita, recordando, no entanto, que habitualmente se pautava, nestas matérias, por uma abordagem com verdade, algo que reconhecia e valorizava. Ainda assim, assinalou que, desta vez, o senhor Presidente apontara a responsabilidade para a oposição, o que considerou inadequado.

Questionou, nesse contexto, quem aprovara a taxa de IMI na Câmara Municipal. Afirmou que não fora o Partido Socialista a aprová-la, sublinhando que tal decisão fora tomada com os votos favoráveis da CDU e do PSD, sendo que, caso prevalecesse a posição do PS, a taxa teria sido substancialmente inferior. Acrescentou que os valores arrecadados, quer em sede de IMI, quer na componente da devolução variável do IRS, resultavam de uma deliberação conjunta da CDU e do PSD em reunião de Câmara.

Considerou, por isso, inaceitável que o senhor Presidente procurasse imputar tal responsabilidade à oposição, algo que não esperava da sua parte. Concluiu afirmando que, ao tentar transferir para outros a responsabilidade pela gestão dos últimos 24 anos, o senhor Presidente suscitava um conjunto de perguntas para as quais aguardava respostas.

Recordou que, em maio de 2021, a Câmara Municipal de Setúbal recebera uma receita extraordinária no valor de 4 milhões de euros, proveniente do contrato de concessão do estacionamento tarifado, celebrado no final do mandato e com uma duração de 40 anos. Referiu que esse contrato implicara um aumento significativo — de cerca de 500% — do número de lugares de estacionamento pagos na cidade. Sublinhou que se tratara de uma receita extraordinária e questionou qual fora o investimento realizado com esse montante, que dera entrada nos cofres municipais naquela data. Defendeu que uma receita desta natureza deveria ter sido aplicada num investimento igualmente extraordinário em Setúbal e não para suportar despesa corrente.

Mencionou, ainda, que todos estavam atualmente a pagar 5 milhões de euros pela aquisição do edifício Imapark, que considerou estar devoluto e ao abandono. Face à afirmação do senhor Presidente quanto à responsabilidade da oposição, questionou, neste caso, quem assumia a responsabilidade pela decisão de aquisição daquele imóvel, cuja utilidade e destino permaneciam por concretizar, apesar do elevado custo suportado pelo município.

Referiu-se à intervenção do senhor Presidente sobre a Praça Carlos Relvas, afirmando que também desconhecia se o edifício estava ou não a ser ocupado por pessoas no seu interior, embora tivesse visto publicações nas redes sociais sobre o tema. Acrescentou que acreditara na informação prestada pelos serviços municipais, segundo a qual não havia ocupação. Contudo, recordou que, há cerca de dois anos, aquando de uma visita do Partido Socialista ao local, haviam sido detetados indícios da presença de pessoas no interior do edifício. Destacou que os próprios serviços da Câmara Municipal se encontravam, na altura, a emparedar as portas, o que, em seu entender, indiciava a existência de uma situação de ocupação.

Salientou que se tratava de um investimento de 2 milhões de euros, suportado por todos, e que, apesar disso, o edifício permanecia devoluto e ao abandono. Referiu que, em cidades como Elvas e Évora, tinham sido realizadas obras de requalificação em praças de touros, enquanto, em Setúbal, a situação da Praça Carlos Relvas se mantinha sem solução à vista.

Perante tal cenário, questionou de quem era, afinal, a responsabilidade pelo estado de abandono do imóvel — se de Mata Cáceres, da oposição, do Partido Socialista ou da Administração Central. Concluiu criticando o facto de o senhor Presidente não assumir essa responsabilidade, procurando, uma vez mais, imputá-la a terceiros.

No mandato 2017/2021, período em que o senhor Presidente da Câmara fora Presidente da Assembleia Municipal, não assumira responsabilidades no executivo municipal, mas tinha camaradas que as assumiam. Durante esse mandato, a Câmara Municipal de Setúbal pagou apenas em juros de mora a quantia de 3 milhões e 500 mil euros. Enfatizou que, numa entidade privada, tal situação justificaria um despedimento com justa causa por incompetência e incapacidade, contudo, o senhor Presidente nada dissera sobre o assunto. Considerou que, provavelmente, a responsabilidade seria atribuída ao Partido Socialista, à Administração Central, a António Costa ou a Mata Cáreres. Por esta razão, afirmou que se caminhava para um fim de ciclo, já anunciado há algum tempo, mas que tinha a certeza que iria acontecer. Criticou o executivo da CDU por continuar sem uma visão para a cidade, uma visão de futuro, mantendo-se agarrado ao passado e utilizando desculpas relativamente ao presente, sem conseguir libertar-se desse passado.

**Sr. Presidente** – Relativamente à Praça de Touros, questionou o senhor vereador Fernando José sobre o que faria caso tivesse responsabilidades na gestão da Câmara Municipal de Setúbal ou outra qualquer, e surgisse a oportunidade de aquisição de um edifício com referências históricas na região, cujo proprietário decidisse vendê-lo. Perguntou se o vereador deixaria o imóvel ser adquirido por privados, considerando que a acusação feita pelo senhor vereador implicava precisamente essa possibilidade — deixar passar para o setor privado aquele património.

Porém, afirmou que o executivo da CDU decidira comprar aquele edifício precisamente para evitar o seu abandono. Reafirmou que a CDU nunca se arrogara o mérito de fazer tudo bem e de forma perfeita, mas que existiam processos conduzidos pelo executivo da CDU pelos quais assumia total responsabilidade. Destacou que se estava a trabalhar numa solução urbanística que garantisse a salvaguarda daquele património, no interesse da cidade.

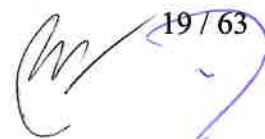
Referiu que, como o senhor vereador sabia, não era fácil encontrar interessados que aceitassem as condições que a Câmara Municipal impunha para a realização de investimentos. Salientou que o executivo considerava possível a realização de um investimento privado, tendo em conta a dimensão do imóvel em questão. Contudo, frisou que qualquer investimento teria de respeitar a salvaguarda do interesse público e do património.

Enfatizou que foi principalmente por esta razão que a Câmara Municipal decidira adquirir o edifício, exercendo o direito de preferência, evitando que o imóvel fosse entregue a privados e, conseqüentemente, exposto a riscos para o património municipal.

Reconheceu que todos cometem erros, mas asseverou que, ao avaliar a situação no seu conjunto, os setubalenses saberiam reconhecer o trabalho e o esforço do executivo CDU, apesar das grandes dificuldades enfrentadas. Referiu ainda que existem pessoas que, diariamente, começam o dia criticando a Câmara Municipal, o que considerou uma campanha difícil de gerir, especialmente quando essas mesmas pessoas afirmam gostar de Setúbal, situação que classificou como lamentável.

Por fim, pediu desculpas por se ter alongado na sua intervenção.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Manifestou não ter percebido a referência do senhor vereador Fernando José relativamente à cedência de tempo por parte do PSD à CDU e à impossibilidade do Partido Socialista fazê-lo, não compreendendo o significado dessa situação. Considerou que, provavelmente, seria mais adequado que os vereadores do Partido Socialista cedessem tempo, até porque, durante os oito anos em que estiveram no Governo, grande parte dos seus vereadores contou com o apoio de outras forças políticas no

 19763

Parlamento, entre as quais a CDU, o que resultou numa situação que refletia o estado atual da habitação em Portugal.

Dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara, referindo que, relativamente à Praça de Touros, entendia as razões expostas, embora não concordasse com a fundamentação apresentada para a aquisição da Praça de Touros Carlos Relvas. Quanto ao edifício Imapark, expressou que continuavam a não compreender bem os motivos para a sua aquisição nem o propósito a que teria servido, dado que o imóvel permanecia sem utilização. Pretendia, assim, deixar aquela referência para memória futura.

**Sr. Vereador Fernando José** – Pretendeu retificar duas questões levantadas pelo senhor Presidente na sua intervenção. Esclareceu que os vereadores do Partido Socialista, na altura, votaram favoravelmente à aquisição da Praça de Touros Carlos Relvas, não sendo essa a questão em debate. O que estava em causa era o facto de a Câmara Municipal ter adquirido aquele espaço público e, posteriormente, o ter deixado ao abandono. Referiu que situação semelhante ocorrera com o edifício da antiga fábrica conserveira, anunciado como Fábrica das Artes, assim como com o Imapark e outros imóveis adquiridos pela Câmara Municipal que permaneciam num total estado de abandono.

Sublinhou que o que criticavam não era a aquisição em si, mas o estado de abandono em que esses patrimónios se encontravam.

Acusou o senhor Presidente de confundir a crítica feita pela bancada do Partido Socialista à gestão da CDU com um suposto “falar mal de Setúbal”. Reforçou que ninguém na sua bancada falava mal da sua terra, pois todos nasceram, cresceram e vivem em Setúbal. O que criticavam era a gestão que, segundo referiu, carecia de ambição, de visão e encontrava-se em fim de ciclo.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Relativamente aos Mupis da JCDecaux, esclareceu que os mesmos estavam a ser substituídos por versões digitais, nos termos do contrato em vigor no município, pelo que não existiam situações de irregularidade daquela dimensão.

Acrescentou que não se poderia manter uma discussão séria sobre a questão da habitação, nomeadamente acerca da alegada ausência de intervenção no município de Setúbal durante 23 anos e da criação de novas condições para habitação pública, sem reconhecer a ausência de políticas públicas do Estado que criassem as condições necessárias para tal. Sublinhou que aquele não era um problema exclusivo do município de Setúbal, mas sim de todos os municípios. Pretender fazer crer que era um problema apenas de Setúbal constituía uma falsa questão e não correspondia à realidade.

Afirmou que a situação não se resolveria apenas com a construção de 23 mil, 56 mil ou 120 mil fogos, enquanto não existissem políticas sérias por parte do Governo.

Referiu que, quando os Governos desafiaram os municípios a apresentar projetos e candidaturas de nova habitação ao PRR, os municípios organizaram-se com investimento técnico e contratação de projetos, tendo apresentado um total de 56 mil novos fogos, dos quais 23 mil ficaram de fora.

Concluiu que continuava a não ser sério afirmar que a problemática da habitação era exclusiva do município de Setúbal.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 13 a 16.

### **“Saudação**

#### **51.º aniversário do Partido Social Democrata**

*No dia 6 de maio de 2025, o Partido Social Democrata assinalou 51 anos de existência, fiel ao legado de Francisco Sá Carneiro e aos princípios fundadores que nortearam a sua criação em 1974: a construção de uma democracia pluralista, assente no primado da liberdade, na justiça social, no desenvolvimento económico e na dignidade da pessoa humana.*

*Desde a sua génese, o PSD tem desempenhado um papel central na consolidação do regime democrático, contribuindo para a modernização do país, para a estabilidade das instituições e para a defesa intransigente do Estado de Direito. Herdeiro de uma visão reformista e humanista, o Partido continua a acreditar na economia social de mercado, na igualdade de oportunidades e numa sociedade livre, coesa e solidária.*

*A social-democracia portuguesa, como expressão política de um centro reformista e responsável, continua hoje a ser chamada a responder aos desafios do presente com a mesma ambição e sentido de dever com que construiu o seu percurso. O PSD assume essa missão com coragem, proximidade às populações e compromisso com as novas gerações.*

*Neste aniversário, os vereadores eleitos pelo PSD prestam a sua homenagem a todos aqueles que, ao longo de mais de meio século, contribuíram para a afirmação e o fortalecimento do Partido, certos de que o futuro continuará a ser construído com os mesmos valores de responsabilidade, liberdade e solidariedade que sempre definiram a social-democracia em Portugal.”*

### **“Saudação**

#### **Associação Batista Shalom**

*A Associação Batista Shalom assinalou 25 anos de atividade ao serviço da comunidade, num percurso pautado pelo compromisso com os valores da solidariedade, da dignidade humana e da promoção do bem-estar coletivo.*

*Fundada em 2000, a Associação tem vindo a afirmar-se como um agente de proximidade e intervenção social no concelho de Setúbal, apoiando famílias, crianças, jovens e idosos, com respostas dirigidas às necessidades reais das populações e assentes numa atuação contínua e voluntária.*

*Ao longo destas duas décadas e meia, a Associação Batista Shalom tem contribuído de forma significativa para o reforço da coesão social, sendo exemplo de dedicação, cidadania ativa e serviço ao próximo, em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e humana.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e felicitam a Associação Batista Shalom pelos seus 25 anos de trabalho, agradecendo o contributo de todos os que, ao longo do tempo, se dedicaram a esta missão e fizeram da Associação um pilar essencial no apoio social do nosso concelho.”*

### **“Saudação**

#### **Associação Caboverdiana de Setúbal**

*No dia 1 de maio, a Associação Caboverdiana de Setúbal assinalou 42 anos de dedicação à promoção da igualdade, da inclusão e do diálogo intercultural no nosso concelho.*

*Fundada em 1983, a Associação tem vindo a afirmar-se como uma referência no trabalho de proximidade com a comunidade, atuando de forma incansável na defesa dos direitos, da dignidade e da participação ativa de todos os cidadãos, em especial da comunidade caboverdiana. O seu percurso reflete um contributo sólido para uma sociedade mais coesa, plural e respeitadora das diferenças.*

*Em tempos em que o combate à exclusão social e a valorização da diversidade se tornam cada vez mais urgentes, o trabalho desenvolvido por esta associação assume uma relevância ainda maior. Através da dinamização de projetos sociais, culturais e educativos, tem sido um verdadeiro motor de integração e desenvolvimento humano.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e felicitam a Associação Caboverdiana de Setúbal, bem como todos os que, ao longo destes 42 anos, contribuíram para o seu crescimento e ação, reconhecendo o impacto positivo que continuam a gerar na nossa cidade.”*

#### **“Saudação**

##### **Associação de Futebol de Setúbal**

*No passado dia 5 de maio, a Associação de Futebol de Setúbal assinalou 98 anos de história ao serviço do desporto e da formação de milhares de atletas na região. Fundada em 1927, esta instituição tem desempenhado um papel ímpar na promoção do futebol e no fortalecimento do tecido associativo desportivo do distrito.*

*Ao longo de quase um século, a AF Setúbal consolidou-se como uma entidade de referência nacional, graças à dedicação e ao esforço contínuo dos seus clubes, dirigentes, treinadores, atletas e árbitros. O crescimento sustentado e a qualidade do trabalho desenvolvido são hoje visíveis nos resultados alcançados, nomeadamente no número recorde de mais de 15 mil atletas inscritos nesta época desportiva.*

*É ainda de sublinhar o expressivo aumento da participação feminina. Este é um dado revelador do caminho de inclusão, diversidade e modernização que a Associação tem trilhado, alinhando-se com os valores de coesão e igualdade que o desporto deve sempre promover.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD na Câmara Municipal de Setúbal saúdam a Associação de Futebol de Setúbal pelos seus 98 anos de existência e felicitam todos aqueles que, ao longo do tempo, têm contribuído para o seu prestígio e desenvolvimento. Que esta data seja celebrada como símbolo de união, esforço coletivo e paixão pelo desporto.”*

**Sr. Vereador José Pereira** – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 21.

#### **“Saudação**

##### **Club Naval Setubalense**

*O movimento associativo tem sido, desde sempre, um pilar estruturante da vida cívica, desportiva e cultural do concelho de Setúbal, promovendo o desenvolvimento pessoal, o espírito comunitário e a valorização dos talentos locais.*

*O Club Naval Setubalense, fundado a 6 de maio de 1920, é exemplo vivo dessa missão. Ao longo dos seus 105 anos de história, afirmou-se como uma verdadeira escola de formação desportiva e humana, proporcionando a muitos setubalenses o primeiro contacto com diversas modalidades, muitas delas ligadas de forma simbiótica ao Rio Sado. Remo, canoagem, natação, andebol, hóquei em patins ou patinagem artística são apenas algumas das áreas onde o clube se destacou, dando palco à paixão, ao esforço e à superação de várias gerações de atletas.*

 22 / 63

*Com um percurso feito de conquistas, superações e reconhecimento, o Club Naval Setubalense é hoje uma referência incontornável do desporto no nosso concelho, contribuindo ativamente para a construção de uma comunidade mais saudável e coesa. Neste contexto, os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e felicitam o Club Naval Setubalense, órgãos sociais, sócios, atletas e todos os que contribuem para a sua atividade, enaltecendo o trabalho desenvolvido e fazendo votos para a continuação de um percurso que honra e prestigia o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

##### **Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas**

*No passado dia 1 de maio, o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas celebrou 77 anos de história, marcados pelo compromisso com a promoção do desporto, da inclusão e da participação comunitária.*

*Desde a sua fundação, em 1948, o Clube tem desempenhado um papel ativo no desenvolvimento desportivo local, em especial através da prática de futebol, sendo o ponto de partida para muitos jovens que, ali, deram os primeiros passos numa modalidade que tanto apaixonou os setubalenses. O trabalho desenvolvido junto das novas gerações reflete um verdadeiro investimento no futuro da nossa comunidade, promovendo não só a prática desportiva, mas também valores essenciais como o espírito de equipa, a perseverança e o respeito.*

*O movimento associativo, e em particular as coletividades desportivas, têm sido pilares fundamentais da coesão social e da formação integral dos cidadãos, contribuindo para uma sociedade mais justa e participativa. A atuação de instituições como o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas continua, assim, a ser essencial para o fortalecimento do nosso concelho.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e felicitam o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, órgãos sociais, atletas e todos aqueles e aquelas que se dedicam diariamente à sua missão, reconhecendo o trabalho desenvolvido ao longo de mais de sete décadas e fazendo votos de continuação do mesmo, em benefício da comunidade setubalense.”*

#### **“Saudação**

##### **Grupo Desportivo e Recreativo “1.º de Maio”**

*O movimento associativo tem sido, ao longo dos anos, um motor fundamental para a transformação social, promovendo a participação cívica e dando resposta às necessidades da comunidade. Com um papel ativo na inclusão, na promoção da cidadania e no acesso ao desporto, tem contribuído decisivamente para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento de todos os cidadãos, em especial as novas gerações.*

*O Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio, fundado em 1975, exemplifica essa missão, oferecendo aos jovens setubalenses a oportunidade de praticar modalidades desportivas e de crescer, não apenas no aspeto desportivo, mas também no desenvolvimento social e humano. Com um foco na formação integral das novas gerações, o Grupo tem sido um espaço fundamental para o desenvolvimento de valores como a disciplina, o trabalho em equipa e o respeito pela comunidade. Ao longo dos anos, o Grupo tem ampliado a sua oferta desportiva, com especial destaque para o atletismo, o ténis de mesa e o futebol, contribuindo para o bem-estar e a inclusão de muitos jovens do concelho. A sua ação vai além das*

*fronteiras do desporto, sendo uma verdadeira escola de cidadania e de participação ativa na sociedade.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio pelo seu 50º aniversário, reconhecendo a dedicação de todos os envolvidos, e fazendo votos de continuidade no excelente trabalho desenvolvido em prol da nossa comunidade.”*

#### **“Saudação**

##### **Scalipus Clube de Setúbal**

*Ao longo dos anos, o desporto tem-se afirmado como uma poderosa ferramenta de transformação social e de crescimento individual. Quando promovido com continuidade, entrega e espírito comunitário, torna-se um verdadeiro alicerce para a inclusão, a educação e a construção de uma sociedade mais coesa e participativa.*

*O Scalipus Clube de Setúbal, que no passado dia 23 de abril assinalou meio século de existência, é exemplo disso mesmo. Fundado em 1975, este clube tornou-se uma referência na cidade de Setúbal pelo trabalho que tem desenvolvido na área da formação desportiva, com especial enfoque nos escalões jovens, contribuindo ativamente para o crescimento e desenvolvimento de centenas de crianças e jovens do concelho.*

*Mais do que um clube, o Scalipus é uma verdadeira escola de valores, onde o respeito, o compromisso, o espírito de equipa e o esforço individual são incentivados diariamente — princípios fundamentais não só para a prática desportiva, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Ao longo dos seus 50 anos de história, o Clube e os seus atletas têm conquistado resultados meritórios, elevando o nome de Setúbal tanto a nível distrital como nacional. Porém, mais do que os títulos, destaca-se o impacto que tem vindo a deixar na vida daqueles que por lá passam — enquanto espaço de formação, pertença e superação.*

*Neste contexto, os vereadores do PSD Setúbal saúdam e felicitam o Scalipus Clube de Setúbal, os seus órgãos sociais, atletas, técnicos, sócios e toda a comunidade que o sustenta, por mais um aniversário e por meio século de trabalho exemplar em prol do desporto, da juventude e da cidade.”*

#### **“Saudação**

##### **Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

*No passado dia 23 de abril, a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense assinalou 143 anos de existência, celebrando uma história longa, marcada pela dedicação à cultura, à música e à comunidade de Azeitão.*

*Fundada em 1882, esta instituição centenária tem vindo a afirmar-se como um pilar do movimento associativo setubalense, mantendo viva a sua missão educativa, cultural e cívica ao longo de diferentes épocas e contextos sociais, sempre com um espírito de proximidade e serviço público.*

*Ao longo das décadas, a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense demonstrou uma notável capacidade de renovação e de adaptação, sem nunca abdicar da sua identidade. Mantendo-se fiel à sua essência, tem sabido responder aos desafios de cada tempo, afirmando-se como um espaço de cultura, partilha e participação ativa na vida da comunidade.*

*Neste aniversário, os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam e felicitam todos os que fazem parte desta prestigiada coletividade — direção, associados, músicos e*

*colaboradores — pelo trabalho notável que continuam a desenvolver ao serviço da comunidade de Azeitão e de todo o concelho de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Apresentou os seguintes votos de pesar, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 25.

**“Voto de Pesar  
Rui Salas**

*O Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Rui Salas, figura marcante da vida associativa e desportiva da cidade de Setúbal, em particular ligada ao Vitória Futebol Clube.*

*Rui Salas destacou-se ao longo de décadas pelo seu incondicional apoio ao Vitória Futebol Clube, tendo sido um dos rostos mais reconhecidos e ativos da massa associativa vitoriana. A sua dedicação, presença constante e envolvimento nas causas do clube refletem o espírito de entrega que caracteriza os verdadeiros vitorianos.*

*A sua perda é sentida por todos os que, dentro e fora do universo desportivo, reconhecem a importância do associativismo na construção de comunidades coesas e participativas. Com a sua partida, Setúbal perde um cidadão empenhado, cuja voz e paixão marcaram gerações de sócios e adeptos.*

*O Partido Social Democrata apresenta as suas sentidas condolências à família de Rui Salas, aos seus amigos, e a toda a família vitoriana, prestando homenagem ao seu legado de compromisso e dedicação à cidade e ao seu clube.”*

**“Voto de Pesar  
Fernando Oliveira**

*O Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Fernando Oliveira, figura de referência na história do Vitória Futebol Clube e da cidade de Setúbal.*

*Fernando Oliveira exerceu a presidência do Vitória FC em dois períodos distintos: entre 1986 e 1991, e novamente de 2009 até 2017. Durante esses mandatos, liderou o clube em momentos de grande exigência, assumindo responsabilidades com sentido de missão e dedicação. A sua ação contribuiu para a afirmação do Vitória FC no panorama desportivo nacional, sendo reconhecido pela sua entrega à causa vitoriana.*

*A sua ligação ao clube e à cidade ultrapassou o plano desportivo, refletindo um compromisso cívico com a comunidade sadina. A sua memória permanecerá associada à história do Vitória FC e ao movimento associativo de Setúbal.*

*O Partido Social Democrata apresenta as suas condolências à família de Fernando Oliveira, aos seus amigos e a toda a comunidade vitoriana, prestando homenagem ao seu percurso de dedicação ao clube e à cidade.”*

**“Voto de Pesar  
Jorge Santos**

*O Partido Social Democrata lamenta profundamente o falecimento de Jorge Santos, figura reconhecida do jornalismo setubalense, cuja carreira se pautou por um compromisso firme com a informação local e com a valorização da comunidade onde viveu e trabalhou.*

*Jorge Santos colaborou durante muitos anos com o jornal SemMais, onde assinou uma coluna de opinião que se tornou uma referência no comentário e reflexão sobre a atualidade da cidade e da região. Fê-lo sempre com sentido crítico, clareza de pensamento e profundo conhecimento da realidade local.*

*Para além da sua atividade jornalística, Jorge Santos desempenhou igualmente funções no Porto de Setúbal, onde contribuiu para a valorização e projeção de uma das mais relevantes infraestruturas da região. O seu percurso profissional revela um compromisso contínuo com Setúbal e com o serviço à comunidade.*

*O Partido Social Democrata endereça à família de Jorge Santos, aos seus colegas e amigos, as mais sentidas condolências, reconhecendo o seu legado no panorama da comunicação social e da vida pública setubalense.”*

#### **“Voto de Pesar Papa Francisco**

*O Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura central da Igreja Católica e da vida internacional ao longo da última década.*

*Desde a sua eleição, em março de 2013, o Papa Francisco assumiu uma liderança marcada por um firme compromisso com a dignidade humana, a justiça social, a promoção da paz e o diálogo entre povos e religiões. O seu magistério teve impacto para além das fronteiras da fé, refletindo-se em temas centrais da nossa contemporaneidade.*

*A sua atenção aos mais vulneráveis, o apelo constante à responsabilidade coletiva e à solidariedade entre gerações, bem como o seu posicionamento em defesa do bem comum, deixaram uma marca significativa num mundo em rápida transformação. A forma como desempenhou o seu papel, com clareza e sentido de missão, merece reconhecimento.*

*Neste momento de luto, o PSD endereça sentidas condolências à Igreja Católica, à Santa Sé, à comunidade católica portuguesa e a todos os que, em Portugal e no mundo, acompanham esta perda com dor e respeito.”*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** - Disse que a sua bancada se associava aos votos de pesar apresentados pelo PSD.

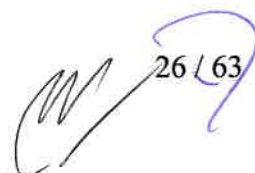
Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 35.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário Academia de Voleibol de Praia**

*A AVP – Academia de Voleibol de Praia celebra hoje, dia 7 de maio, o seu 11.º aniversário. Fundada em 2014, com o objetivo de promover a prática desportiva da modalidade de voleibol, em particular no contexto do desporto de formação, a AVP tem desenvolvido uma importante atividade no concelho, tendo crescido significativamente ao longo dos últimos 11 anos.*

*Atualmente, conta mais de 200 atletas, distribuídos em 13 escalões, entre categorias masculinas e femininas, abrangendo idades desde os iniciados até aos seniores.*

  
26 / 63

*A atividade desenvolvida pela AVP, bem como o empenho e dedicação dos seus dirigentes e atletas, têm merecido ao clube reconhecimento por parte do movimento associativo, do poder local e das populações, que nele veem uma referência – o que se tem traduzido num aumento considerável de atletas.*

*Reconhecendo os importantes contributos e objetivos alcançados desde a sua fundação, apesar dos desafios enfrentados, em especial face à ausência de equipamentos e infraestruturas no concelho que permitam à AVP concretizar todo o seu potencial, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Voleibol de Praia, órgãos sociais, sócios, atletas e todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Água Ardente - Produções Teatrais**

*Fundada em 2008, a Água Ardente - Produções Teatrais assinalou o seu 17.º aniversário no dia 6 de maio.*

*Enquanto associação cultural de atividade teatral independente, tem como objetivo levar aos públicos o teatro, através da dinamização de projetos artísticos e culturais nas áreas do teatro e da expressão dramática.*

*Com um compromisso inabalável com a promoção cultural – em especial das artes cénicas –, não só no concelho e região de Setúbal, mas também em todo o território nacional, esta companhia, apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados, é dotada de uma dinâmica singular e reconhecida pela sua intensa atividade, marcada pelo envolvimento da comunidade e oferta cultural de referência.*

*Em 2025, para além da sua participação no Festival Contrabando, em Alcoutim, a Água Ardente tem já presença confirmada em diversas feiras e mercados medievais, bem como no Festival Internacional de Papagaios, na Figueira da Foz. Vamos poder ainda contar com o seu regresso aos palcos, com a sua próxima produção, encenada por Olavo Nóbrega.*

*Reconhecendo o importante trabalho levado a cabo pela Água Ardente - Produções Teatrais, mas também a necessidade de valorizar os agentes culturais, criando as condições necessárias para que estes desenvolvam a sua atividade de forma digna e sustentável no nosso concelho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a companhia e toda a sua equipa, por mais um aniversário.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Associação Baptista Shalom**

*Fundada em 2000, a Associação Baptista Shalom celebra este ano o seu 25.º aniversário.*

*Criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento integral do indivíduo, proporcionando o acesso a recursos e meios facilitadores da integração social, combatendo a pobreza e a exclusão, esta entidade assumiu um papel crucial junto da comunidade setubalense, promovendo o bem-estar e qualidade de vida das famílias do nosso concelho.*

*A Associação Baptista Shalom atua através de diversas valências, procurando dar resposta e prestar o apoio nas áreas da infância, juventude, população idosa e ação social. Para além de significativos, os seus vastos contributos são fundamentais e indispensáveis para a consolidação do concelho de Setúbal enquanto um território verdadeiramente justo, coeso e solidário.*

*No domínio do apoio e da ação social, a Associação desenvolve a sua atividade no Centro de Atendimento Social, onde funcionam os serviços de RSI e SAS, que se traduzem no desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Estas ações visam assegurar uma efetiva participação dos mesmos na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais.*

*Para além destes serviços, desempenha ainda um papel fundamental no combate à carência alimentar, através do refeitório social e cantina social de emergência, mas também pelo apoio prestado a famílias com alimentos cedidos pelo Banco Alimentar e pela parceria com o programa Pessoas 2030 – Privação Material, que consista na distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade pelos mais vulneráveis.*

*Dispõe de uma Loja Social – resposta social ao nível da distribuição de roupa, calçado, brinquedos e utensílios domésticos diversos – e da Quinta Shalom – espaço de cultivo, onde semanalmente, um grupo de voluntários participa em todo o processo desde o semear até à colheita, produzindo produtos posteriormente utilizados nas cozinhas e refeitórios da entidade.*

*A Associação conta ainda com o edifício “Voar Mais Alto”, onde se encontram valências na área da infância, nomeadamente de Creche e Pré-escolar, e da população idosa, designadamente o Serviço de Apoio Domiciliário “Porto Seguro”, o qual surgiu de um acordo de cooperação com a Segurança Social e se traduz numa resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.*

*A Associação Baptista Shalom assume uma função social indispensável no concelho, por meio da qual são apoiadas centenas de indivíduos e famílias que, de outra forma, não encontrariam resposta às suas necessidades.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Baptista Shalom, direção e trabalhadores das diversas valências, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

#### **Aniversário da Associação Caboverdiana de Setúbal**

*A ACVS – Associação Caboverdiana de Setúbal, fundada em 1983, celebrou o seu 42.º aniversário no dia 1 de maio.*

*Esta entidade, que surgiu com objetivo de promover a integração da comunidade cabo-verdiana no concelho e de fortalecer os laços interculturais na região, tem contribuído significativamente para o combate à exclusão social e discriminação, fomentando, ao mesmo tempo, a participação ativa da comunidade na defesa dos seus interesses e direitos.*

*Atuando nas áreas da cultura, do desporto, do apoio social e da educação, e prestando um apoio fundamental às populações, em especial junto dos mais vulneráveis, a ACVS é reconhecida como entidade de referência no movimento associativo cabo-verdiano em Portugal, pelo Alto Comissariado das Migrações e pelo Consulado de Cabo Verde.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Caboverdiana de Setúbal, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo*

votos de continuação do bom trabalho, o qual é essencial para a construção de uma sociedade mais coesa, justa e solidária.”

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio**

Fundado em 1975, o Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio celebra o seu 50.º aniversário.

Criado um ano após a Revolução dos Cravos, com o objetivo de promover a formação desportiva e social das crianças e jovens setubalenses – contribuindo, de igual modo, para a democratização do acesso ao desporto e à cultura – rapidamente se constituiu como um importante membro do movimento associativo setubalense.

Enquanto motor de transformação social, teve especial impacto no fomento da participação cívica e no envolvimento das populações para a construção de uma verdadeira comunidade, empenhada em trabalhar em conjunto para a concretização de um concelho onde todos contam, com contributos no âmbito da oferta desportiva, mas também no domínio da solidariedade.

Nesse sentido, e reconhecendo o importante papel do movimento associativo para o desenvolvimento sustentável dos territórios, como parceiro indispensável do poder local, que deve ver a sua atividade devidamente valorizada e apoiada, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio, órgãos sociais e associados, por mais aniversário.”

#### **“Saudação**

##### **Aniversário Scalipus Clube de Setúbal**

O Scalipus Clube de Setúbal assinalou, no dia 23 de abril, o seu 50.º aniversário.

Completo meio século de atividade e de contributos para a dinamização e desenvolvimento da prática desportiva do nosso concelho, tendo, de igual modo, marcado individualmente o percurso de inúmeras crianças e jovens que nele cresceram, não só enquanto atletas, mas também como seres-humanos e cidadãos.

Fundado em 1975, com o objetivo de promover a prática da modalidade de basquetebol como ferramenta de desenvolvimento desportivo, pessoal, social e escolar – em especial junto dos mais jovens –, constituiu-se como referência no panorama desportivo do concelho, da região e do país, particularmente pelos seus contributos no âmbito do desporto de formação.

Atualmente, oferece formação na modalidade em todos os escalões masculinos e na maioria dos femininos.

O seu trabalho tem vindo a ser reconhecido por parte do restante movimento associativo, mas também pelo poder local e outras instituições. Na época 2023/2024, o Scalipus foi reconhecido pela Federação Portuguesa de Basquetebol como uma das Escolas Portuguesas de Minibasquete – certificação atribuída a clubes com pelo menos 30 atletas nos escalões de Sub-8, Sub-10 e Sub-12 –, tendo lhe também sido atribuído, em maio de 2024, o Estatuto de Utilidade Pública, conferido pelo Despacho n.º 4794/2024, publicado no Diário da República, reforçando o seu papel relevante no desenvolvimento desportivo e social da região

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Scalipus Clube de Setúbal, órgãos sociais, sócios e atletas, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

*Transmitem ainda o seu reconhecimento pelos importantes e imprescindíveis contributos que, ao longo de 50 anos, têm fomentado o desenvolvimento desportivo do nosso concelho e região. “*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas**

*A já histórica coletividade do concelho de Setúbal, o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, celebrou o seu 77.º aniversário no dia 1 de maio.*

*Fundado em 1948 e com mais de 7 décadas de história, o CCDR das Curvas tem procurado dar resposta ao nível da dinamização desportiva do concelho, em particular na modalidade de futebol, estando atualmente a disputar o Campeonato do Inatel do distrito de Setúbal.*

*Para além disso, tem também desenvolvido atividade em parceria com outras entidades do movimento associativo setubalense e com o poder local, participando de forma ativa na vida associativa do concelho, como é exemplo a sua presença e colaboração nas celebrações dos 51 anos do 25 de Abril, em Setúbal.*

*Destacando o papel crucial do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local, a democratização do acesso à cultura e ao desporto, e a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, órgãos sociais e sócios, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Club Naval Setubalense**

*Fundado em 1920, o centenário Club Naval Setubalense celebrou, no dia 6 de maio, o seu 105.º aniversário.*

*Tendo se constituído, ao longo das décadas, como uma das mais emblemáticas instituições desportivas da cidade, o Club Naval Setubalense oferece às populações de Setúbal uma ampla e eclética oferta desportiva – andebol, ginástica, natação, patinagem artística, remo e vela, promovendo a inclusão no desporto como valor fundamental, sendo dada particular relevância ao fomento da prática do desporto adaptado.*

*O Naval Setubalense é hoje sinónimo de resiliência, dinamismo e dedicação. Através do trabalho e empenho de todos aqueles e aquelas que, diariamente, mantêm viva esta casa, é possível preservar uma tradição centenária de excelência e compromisso com Setúbal e com os setubalenses.*

*Desta forma, e reconhecendo o contributo indispensável desta entidade para o concelho, bem como o papel crucial do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Club Naval Setubalense, órgãos sociais e sócios, por mais um aniversário fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

  
30 / 63

### **“Saudação**

#### **Aniversário do Grupo Musical e Desportivo União e Progresso**

*Fundado em 1913, o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso celebrou o seu 112.º aniversário no dia 1 de maio.*

*Criada no início do século XX, esta entidade tem acompanhado a evolução do território e das suas gentes, adaptando-se às profundas mudanças sociais, económicas e políticas que têm vindo a moldar o concelho e as necessidades das populações.*

*Com uma história enriquecida pelos muitos desafios enfrentados, pelas inúmeras conquistas e por todos aqueles e aquelas que fazem desta instituição centenária uma casa de partilha, de crescimento pessoal e coletivo, de cultural e tradição, o centenário Grupo Musical e Desportivo União e Progresso constituiu-se enquanto uma referência do movimento associativo setubalense.*

*A sua intensa e dinâmica atividade traduz-se na oferta da prática desportiva das modalidades de andebol, futsal, ténis de mesa e kickboxing, mas também em iniciativas de cariz cultural e recreativo, como as tertúlias de fado.*

*Ao longo dos anos, tem sido reconhecida pelos seus resultados, dedicação, trabalho e boas práticas. Em 2025, foi novamente distinguido com a Bandeira da Ética, atribuída pelo IPDJ, em parceria com o Plano Nacional de Ética no Desporto.*

*Reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, bem como os seus contributos para o desenvolvimento do nosso território a nível local, enquanto parceira essencial do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

### **“Saudação**

#### **Aniversário da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

*Em 1882, era criada aquela se tornaria numa das mais antigas e prestigiadas coletividades do concelho de Setúbal: a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense.*

*Esta centenária coletividade, umas das maiores referências culturais do movimento associativo setubalense, celebrou o seu 143º aniversário no dia 23 de abril.*

*Ao longo de décadas e séculos, resistindo às profundas mudanças políticas, económicas e sociais, e evoluindo com a região e as suas gentes, a SF Perpétua Azeitonense tem reafirmado, ano após ano, o seu compromisso com Setúbal e com os setubalenses.*

*A sua atividade, mantida e desenvolvida por uma comunidade dedicada e voluntariosa, tem proporcionado uma oferta desportiva e cultural vasta e de qualidade às populações, sendo reconhecida tanto pelo restante movimento associativo como pelo poder local e outras instituições.*

*Em 1933, a SF Perpétua Azeitonense foi distinguida pelo Município de Setúbal com a Medalha de Honra de Cidade na Classe Associativismo e Sindicalismo, tendo sido também agraciada com o Diploma e Medalha de Ouro de Instrução e Arte pela Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio. Já a sua Banda Filarmónica foi distinguida por duas vezes com a Medalha de Honra da Cidade na Classe Atividades Culturais (1985/2001).*

*Reconhecendo a importante atividade e contributos desta entidade para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do nosso território a nível local, bem como a dedicação e empenho de todos aqueles e aquelas que trabalham ativamente para que esta casa continue*

*viva, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, órgãos sociais e sócios, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36.

**“Voto de Pesar  
Jorge Santos**

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Jorge Santos, personalidade marcante do jornalismo setubalense e antigo, antigo vice-presidente do CNID – Associação dos Jornalistas de Desporto.*

*Nascido em Setúbal em 23 de janeiro de 1947, estudou no antigo Liceu Nacional de Setúbal e no Instituto de Ciências Sociais de Moscovo. Iniciou-se na profissão de jornalista em 1965, no jornal “O Setubalense”, e passou por diversos órgãos locais e nacionais, especialmente desportivos. Foi correspondente em Setúbal do jornal “O Jogo” e assessor de imprensa da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. A sua carreira jornalística foi também marcada pela passagem pelo jornal do Sporting, onde foi redator, pela Rádio Azul e pelo Jornal Sem Mais, qualidades em que se sentou, muitas vezes, nesta sala de sessões no espaço reservado aos jornalistas.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidas condolências.”*

O Sr. Presidente solicitou um minuto de silêncio

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 04/2025 - Reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

### **2. Projeto da Ata n.º 05/2025 – Reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2025**

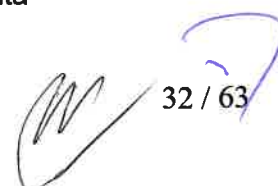
A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

### **3. Projeto da Ata n.º 06/2025 - Reunião ordinária de 12 de março de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

### **4. Projeto da Ata n.º 07/2025 – Reunião extraordinária de 19 de março de 2025**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

  
32 / 63

- 5. Deliberação n.º 256/2025 – Proposta n.º 18/2025 – GAP – “Aquisição de serviços de limpeza da rede natural do concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 6. Deliberação n.º 257/2025 – Proposta n.º 19/2025 – GAP – “Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT), em regime de mercado livre, às instalações dos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo do lote 1 do acordo-quadro AQ-ELE-2024, celebrado pela ESPAP, para o biénio 2025-2027 (24 meses)”. Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

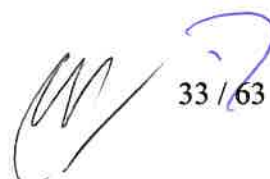
- 7. Deliberação n.º 258/2025 – Proposta n.º 02/2025 – GADSEA – Adesão da Câmara Municipal à Associação adapt.local – Rede de Município para a Adaptação Local às Alterações Climáticas**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Propôs que as deliberações n.ºs 259/2025 a 273/2025 fossem votadas em bloco, uma vez que tinham o mesmo objeto e a posição da sua bancada seria idêntica, com voto de concordância.

**Sr. Presidente** – Não se tendo verificado oposição por parte dos vereadores do Partido Socialista, colocou à votação, em bloco, as deliberações n.ºs 259/2025 a 273/2025, que foram aprovadas por unanimidade.



33/63

- 8. Deliberação n.º 259/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 278, da Freguesia do Sado**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 7).

- 9. Deliberação n.º 260/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 2575, Fração H da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 7).

- 10. Deliberação n.º 261/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 2819, Fração D da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 7).

- 11. Deliberação n.º 262/2025 – Proposta n.º 66/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3639, Fração AT da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 7).

- 12. Deliberação n.º 263/2025 – Proposta n.º 67/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3838, Fração C da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 7).

- 13. Deliberação n.º 264/2025 – Proposta n.º 68/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3958, Fração C da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 7).

- 14. Deliberação n.º 265/2025 – Proposta n.º 69/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 4188, Fração A2 da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 7).

- 15. Deliberação n.º 266/2025 – Proposta n.º 70/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5696, Fração B da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 7).

- 16. Deliberação n.º 267/2025 – Proposta n.º 71/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5713, Fração D da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 7).

- 17. Deliberação n.º 268/2025 – Proposta n.º 72/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 5958, Fração A da União das Freguesias de Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 7).

- 18. Deliberação n.º 269/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 8953, Fração II da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 7).

- 19. Deliberação n.º 270/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 9066, Fração AF da União das Freguesias de Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 7).

- 20. Deliberação n.º 271/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 10204, Fração K da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 7).

- 21. Deliberação n.º 272/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 10287, Fração BU da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 7).

- 22. Deliberação n.º 273/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 13576, Fração B da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 7).

- 23. Deliberação n.º 274/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à contratação de leasing imobiliário - IMAPARK – Concurso público n.º 04/2019/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 24. Deliberação n.º 275/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à contratação de leasing imobiliário para aquisição de “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage” – Concurso público n.º 17/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 276/2025 – Proposta n.º 84/2025 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 a 69.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que uma das fundamentações da proposta era o reforço de um plano para pagamento de uma sentença judicial, decorrente de um processo relacionado com a expropriação da Quinta da Pontinha, no valor de aproximadamente 370 mil euros. Solicitou ao Senhor Presidente que prestasse mais informações sobre o referido processo e sobre a origem da condenação ao município.

**Sr. Vereadora Rita Carvalho** – Esclareceu que se tratava do processo de expropriação da Quinta da Pontinha, ocorrida em 2018, com o objetivo de permitir a construção da bacia da Algodeia, no âmbito da resolução dos problemas de cheias na cidade. A expropriação foi realizada com base no relatório de um perito avaliador, que fixara o valor em 400 mil euros, tendo sido invocado o interesse público para concretização imediata. O proprietário interpôs recurso, tendo o processo decorrido em tribunal, com peritagens de ambas as partes, culminando na revisão do valor inicialmente fixado. O acréscimo apurado encontra-se refletido no reforço orçamental previsto na proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**26. Deliberação n.º 277/2025 – Proposta n.º 85/2025 – DAF/DICONT/SERGEF – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na urbanização pote de água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 11, fração F, 1.º-B, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

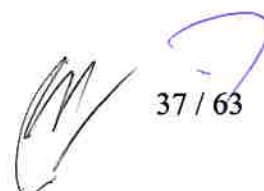
O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 278/2025 – Proposta n.º 86/2025 – DAF/DICONT/SERGEF – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d'Água, na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 11, fração F, 1.º-B, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

  
37 / 63

**28. Deliberação n.º 279/2025 – Proposta n.º 87/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3, na Estrada de Santas, São Sebastião, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 280/2025 – Proposta n.º 88/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Areia, lote 197, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 281/2025 – Proposta n.º 89/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para celebração de contrato de arrendamento de instalações destinadas ao funcionamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 a 76.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que se tratava de formalizar a utilização que já faziam há algum tempo das instalações dos Serviços Municipalizados do 2º piso, do Edifício Bocage, na Av. 5 de Outubro. Após algum tempo de insistência finalmente conseguiram ter a possibilidade de assinar o contrato.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 282/2025 – Proposta n.º 04/2025 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 283/2025 - Proposta n.º 11/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar na Escola Básica da Brejoeira, Jardim de Infância de Casal de Bolinhos e Jardim de Infância de Vendas de Azeitão**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 78 e 79.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que a Câmara Municipal mantinha, há já bastante tempo, um protocolo celebrado com a referida Associação de Pais, com o objetivo de permitir a realização das respetivas atividades e o cumprimento das competências associadas. A proposta apresentada visava proceder à atualização dos valores a transferir para a associação, no âmbito da freguesia de Azeitão, tendo em conta as necessidades atuais da entidade e o financiamento previsto para a concretização das atividades. Assinalou que tais valores não eram revistos desde 1988 e, considerando os compromissos que a associação assumia — em consonância com os da própria Câmara Municipal —, propunha-se não só a atualização do valor, como também o pagamento dos retroativos devidos desde janeiro de 2025.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 284/2025 - Proposta n.º 12/2025 – DEB/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Concelho 2021/2025 – Alteração de representante**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que aquela alteração carecia de aprovação pela Câmara Municipal, uma vez que cabia à Dra. Celeste Paulino o exercício de determinadas representações em nome do município, as quais haviam sido anteriormente aprovadas em reunião de Câmara. Considerando que a mesma passou recentemente à situação de aposentação, justificava-se a necessidade de proceder à respetiva substituição.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**34. Deliberação n.º 285/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DEB/DIGEPE – Atribuição de Subsídio à Associação Inovar Autismo – Projeto “Todas as Crianças Brincam – Mediadores para a Inclusão”**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou que a Associação Inovar Autismo havia submetido uma candidatura a um programa do Portugal Social, tendo solicitado à Câmara Municipal apoio e parceria para a implementação do respetivo projeto. Esclareceu que o referido projeto visava

a continuidade do trabalho desenvolvido pela associação, reconhecido como uma referência na área da inclusão no contexto escolar.

Destacou que o projeto constituía igualmente uma mais-valia para a Câmara Municipal, uma vez que previa ações de formação e capacitação destinadas aos assistentes operacionais afetos às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) nos jardins de infância da responsabilidade do município. Referiu que estas ações seriam dinamizadas pela própria associação, através de técnicos especializados, decorrendo em contexto escolar, ou seja, em situações reais. Sublinhou a relevância desta componente prática como meio para dotar as trabalhadoras de competências específicas na área da inclusão.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Referiu que a proposta em apreciação revestia-se, de facto, de grande importância e que, à semelhança de intervenções anteriores, entendia ser pertinente a inclusão, em anexo, de elementos mais detalhados sobre o projeto, de forma a evidenciar a sua relevância. Assinalou que a Sra. Vereadora já havia partilhado algumas informações, tendo explorado previamente os dados disponíveis online, e considerava tratar-se de uma resposta social inovadora no domínio da inclusão de crianças e jovens com deficiência e autismo. Sublinhou que o reforço dessa informação detalhada contribuiria para a valorização da proposta apresentada.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou que solicitaria aos serviços o envio de informação adicional aos gabinetes de vereação, uma vez que dispunham da candidatura, salientando que, embora existissem mais elementos para além dos já apresentados, o documento em causa constituía uma parte significativa do conjunto. Acrescentou que essa partilha visava assegurar que todos os Senhores Vereadores tivessem acesso à informação relevante sobre o projeto.

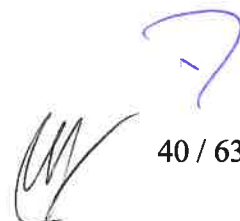
O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **35. Deliberação n.º 286/2025 – Proposta n.º 14/2025 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro a projetos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que se tratava de uma proposta apresentada regularmente, com o objetivo de atribuir financiamento às escolas, permitindo-lhes desenvolver os respetivos projetos educativos e planos de atividades, complementando o apoio logístico já prestado e outros programas promovidos pela Câmara Municipal. Sublinhou que, no contexto da autonomia das escolas, consideravam essencial que estas dispusessem de capacidade financeira para responder aos desafios que enfrentavam.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



40 / 63

**36. Deliberação n.º 287/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2020/2021 e 2021/2022 – Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 83 a 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**37. Deliberação n.º 288/2025 – Proposta n.º 81/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Concurso Público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 87 a 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**38. Deliberação n.º 289/2025 – Proposta n.º 82/2025 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento de refeições escolares para alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário da Rede Pública do Concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Ajuste direto n.º 132/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 91 a 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**39. Deliberação n.º 290/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DOM – CP 06/2025/DOM – Empreitada “Requalificação do espaço A Gráfica” - Aprovação do projeto de decisão de adjudicação, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 a 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 291/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DOM – CP 13/2025/DOM - “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 292/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DOM/DIHAB – Protocolo de Colaboração com o Instituto Politécnico de Setúbal para realização de formação em audiovisual no Estúdio de Som e Imagem NBNC**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 99 e 100.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Esclareceu que o objetivo do protocolo a celebrar com o Instituto Politécnico de Setúbal era o de estabelecer uma relação de colaboração assente em interesses partilhados, aproveitando a experiência e o conhecimento daquela instituição. Destacou que o protocolo visava, por um lado, responder à necessidade de estágios por parte dos alunos e, por outro, dar resposta a necessidades específicas do estúdio de gravação, quer ao nível da formação, quer da criação de novas valências.

Acrescentou que, com a celebração daquele protocolo, estavam a ser criadas condições para um salto qualitativo no funcionamento do estúdio, que envolvia dezenas de jovens tanto na produção como na gravação. Sublinhou, ainda, que essa evolução poderia vir a abrir caminho para o desenvolvimento de uma lógica de rádio ou televisão digital.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 293/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DOM/DIHAB – Liquidação de dívida ao condomínio pelos proprietários não beneficiários do financiamento ao abrigo do 1.º direito - Programa de apoio ao acesso à habitação/PRR para execução de obra nas partes comuns dos prédios constituídos em propriedade horizontal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 101 e 102.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Referiu que a proposta em apreço visava dar resposta a um problema recentemente identificado no âmbito dos processos de reabilitação de bairros e edifícios. Explicou que existia um conjunto de moradores que, por diversos motivos — nomeadamente por possuírem rendimentos superiores, deterem uma segunda habitação, entre outros —, se encontrava excluído dos apoios previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Sublinhou que a reabilitação dos bairros e edifícios implicava exigências particularmente rigorosas no que respeita à eficiência energética, conforme estabelecido pelo PRR, o que tornava as intervenções significativamente mais dispendiosas.

Nesse contexto, esclareceu que a proposta tinha como finalidade permitir que os moradores não abrangidos pelo financiamento do PRR pudessem assumir a sua parte do custo da intervenção através de um pagamento faseado ao longo do tempo, mecanismo esse não previsto no referido plano.

Tratava-se, assim, de encontrar uma solução que envolvesse o condomínio, os proprietários e o município. Informou ainda que o modelo proposto previa um prazo máximo de 25 anos para pagamento e um valor máximo de vinte e cinco mil euros.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**43. Deliberação n.º 294/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DOM – CP 17/2025/DOM - Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras” - Abertura de procedimento de contratação pública concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 103.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**44. Deliberação n.º 295/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DOM – CP 15/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e Caminho de Ferro – 2.ª fase” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**45. Deliberação n.º 296/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 105 e 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**46. Deliberação n.º 297/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DCDJ/DICUL/SEMU – Protocolo de Cooperação “Andersen e Fischer, dois amigos dinamarqueses em Portugal”**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 107 e 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**47. Deliberação n.º 298/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural 2025 - Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Afirmou que, *“mais do que nunca, a afirmação desta iniciativa ganha sentido, contrariando as tendências que defendem que um território é melhor sem aqueles que aqui decidiram viver, construir as suas vidas e trabalhar de forma séria e honesta”*. Sublinhou que essa era a prática do Município e de todos quantos, diariamente, lutavam por melhores condições de vida e, acima de tudo, respeitavam e valorizavam a interculturalidade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**48. Deliberação n.º 299/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DCDJ/DIDES – Competições Internacionais de Águas Abertas – Setúbal (POR) 2025 – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 110 a 113.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Ao apresentar a proposta, e após a leitura do parágrafo relativo à realização do evento em Setúbal — com destaque para a participação dos 100 melhores nadadores mundiais, provenientes de mais de 20 seleções, e para o facto de a cidade acolher a terceira de cinco etapas do circuito mundial —, destacou que tal evidência reforçava a capacidade de organização e, sobretudo, a competência que a autarquia tem vindo a demonstrar, ao longo dos anos, na receção e realização daquele evento. Sublinhou que esta iniciativa prestigia não apenas a organização, mas também a cidade e o país.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**49. Deliberação n.º 300/2025 – Proposta n.º 83/2025 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal – Trabalhos Complementares**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 114 a 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**50. Deliberação n.º 301/2025 – Proposta n.º 70/2025 – DURB/DIGU – Minuta do Acordo de Revogação do Contrato de Urbanização – Processo n.º 951/99**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 119 e 120.

**Sr. Vereador José Pereira** – Referiu que a sua intervenção dizia respeito a uma questão de enquadramento. Esclareceu que, à data da sua celebração, o contrato de urbanização visava dar cumprimento a um conjunto de condições exigidas no âmbito do licenciamento do respetivo processo de obras.

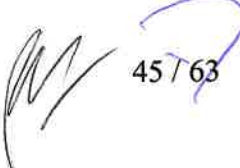
Manifestou compreender as razões pelas quais a obra de urbanização não pôde ser executada, conforme exposto na proposta. No entanto, levantou a seguinte questão: considerando que o contrato de urbanização deveria estar sujeito a um prazo determinado para a sua concretização — prazo esse associado ao tempo de execução da obra prevista na operação urbanística de construção —, e tendo decorrido todo esse período sem que a obra fosse realizada, qual a implicação dessa situação no que respeita à validade do licenciamento?

Reconheceu que, conforme referido na proposta, a não execução da obra implica o pagamento da taxa correspondente, mas questionou o facto de não ter sido promovido o pedido de caducidade da operação urbanística.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Esclareceu que se tratava, efetivamente, de uma obra associada ao licenciamento do loteamento. Informou que a elaboração do projeto de execução da obra competia ao Município, tendo sido juridicamente considerado que o eventual atraso na sua elaboração não poderia prejudicar o promotor.

Explicou que o projeto não foi elaborado devido à necessidade de integração dos estudos da bacia hidrográfica, inicialmente desenvolvidos no âmbito dos estudos complementares do Plano Diretor Municipal (PDM), bem como em função dos contributos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sobre essas matérias. Acrescentou que, posteriormente, esta situação foi condicionada ainda pelos planos de prevenção de inundações e de gestão das bacias hidrográficas.

Referiu que a Câmara Municipal detinha uma caução correspondente ao valor da taxa em causa, pelo que o ónus que recaía sobre o promotor foi retirado, não podendo este ser penalizado por atrasos ou constrangimentos atribuíveis às entidades públicas envolvidas. Concluiu destacando que a caução existente garantia a cobertura do valor das taxas devidas no âmbito daquele licenciamento.

  
45763

**Sr. Vereador José Pereira** – Questionou se a obra de urbanização em causa poderia ainda ser realizada e se a sua não execução não comprometeria a operação urbanística.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Respondeu que a obra em causa não comprometia a operação urbanística, por se tratar de uma via acessória, destacando que o loteamento já estava implementado.

**Sr. Vereador José Pereira** – Questionou, então, se o contrato de urbanização, ou a infraestrutura prevista no mesmo, seria efetivamente necessária para a execução do licenciamento da operação urbanística.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Respondeu que, embora a via prevista no contrato de urbanização fosse necessária, não era imprescindível, esclarecendo que se tratava de uma via de acesso alternativa que facilitava o acesso ao loteamento, mas que a sua execução não era indispensável, sobretudo tendo em conta o reforço posterior da via de acesso pelo lado norte.

**Sr. Vereador José Pereira** – Questionou ainda se a operação urbanística em causa ainda estava em vigor.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Respondeu que sim, afirmando que a operação era válida e que havia construções nos lotes criados por aquele loteamento.

**Sr. Vereador José Pereira** – Disse que não tinha visto o processo de loteamento, limitando-se a comentar a questão formal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**51. Deliberação n.º 302/2025 – Proposta n.º 71/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de um armazém industrial, portaria e muro de vedação - Processo n.º 208/24**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**52. Deliberação n.º 303/2025 – Proposta n.º 72/2025 – DURB/DIGU – Licença para alteração ao alvará de loteamento n.º 01/96 - Processo n.º 707/92**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**53. Deliberação n.º 304/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 100/18**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**54. Deliberação n.º 305/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de legalização e alteração - Processo n.º 216/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**55. Deliberação n.º 306/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de demolição/construção/alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 133/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**56. Deliberação n.º 307/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação e alteração de edifício habitacional - Processo n.º 393/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**57. Deliberação n.º 308/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de realização de obras de demolição, alteração, ampliação e construção nova destinada a habitação - Processo n.º 16/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**58. Deliberação n.º 309/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DURB/DIMOT – “Ratificação do ato – Autorização para realização de Prova Desportiva “Corrida da Liberdade / 2025”, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março”**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 128 a 131, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**59. Deliberação n.º 310/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DURB/GAGEF – Alteração officiosa ao alvará de loteamento n.º 04/1993 - Processo n.º 623/89**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 132 a 136, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**60. Deliberação n.º 311/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DURB/GAPGPA – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal - “Arrábida O2 – Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2025”**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 137 e 138.

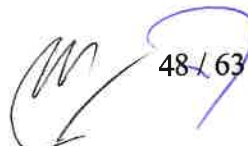
**Sr. Presidente** – Referiu que, no âmbito do projeto e programa destinados a assegurar boas condições de acesso às praias, pretendia-se fazê-lo privilegiando o recurso ao transporte público, com uma oferta cada vez mais ampla, tendo em conta a inexistência ou reduzida disponibilidade de estacionamento. Sublinhou que a disponibilização permanente de transporte público contribui também para a melhoria das condições ambientais naquele território, que inclui um parque natural.

Explicou que a interrupção da estrada de acesso às praias implicava custos acrescidos para a Câmara Municipal, que se viu obrigada a reforçar os serviços de autocarros que ligam às praias, nomeadamente ao Creiro, Portinho da Arrábida, Galapos e Galapinhos, bem como a reforçar a ligação entre Setúbal e Azeitão até àquelas zonas balneares. Justificou esta necessidade pela obrigatoriedade de garantir a interrupção do trânsito naquela via por motivos de segurança.

Referiu que, em 2022, o Serviço Municipal de Proteção Civil identificou uma rocha com cerca de mil toneladas e entre 60 a 80 metros de altura, cuja queda descontrolada poderia arrastar milhares de toneladas de terra e pedras sobre o território e as praias adjacentes.

Informou que, nesse ano, foram realizadas reuniões com as entidades competentes, nomeadamente duas junto do Ministério do Ambiente, onde foram entregues os documentos que a Câmara Municipal se comprometera a fornecer atempadamente. Contudo, em consequência da queda do Governo, nunca houve resposta a esses documentos.

Acrescentou que, com a entrada do novo Governo, realizaram-se novamente duas reuniões no mesmo Ministério, em fevereiro, com o objetivo de obter parecer sobre um protocolo a

  
48163

estabelecer entre três entidades. A Câmara Municipal manifestou concordância em subscrever o referido protocolo, sujeito à aprovação em reunião de Câmara.

Porém, desde fevereiro até à data, e apesar das insistências da Câmara Municipal, não foi obtida qualquer resposta, o que implica que, mais uma vez, a Câmara terá de suportar os custos acrescidos na época balnear.

Acrescentou que, após a queda do Governo, a Câmara Municipal voltou a insistir na necessidade de avançar com o processo, considerando que, mesmo em gestão, existiam condições para que todas as entidades envolvidas assumissem as suas responsabilidades. Contudo, lamentou que o Governo não tenha interpretado a situação da mesma forma, continuando o processo a arrastar-se. Referiu ainda que já tinha denunciado essa situação oportunamente.

Esclareceu que a rocha em questão se situava em terreno privado, onde a Câmara Municipal não detinha competência para intervir, sendo o território gerido pelo Parque Natural da Arrábida e estando sob a responsabilidade do Governo, através do Ministério do Ambiente. Por esse motivo, a autarquia não podia atuar diretamente naquele local.

Afirmou que o papel da Câmara Municipal era garantir as condições de segurança, nomeadamente impedindo a circulação de pessoas naquela via, evitando assim prejuízos para a vida humana. Reiterou o apelo às populações para que não se aventurassem naquele território.

Acrescentou que, naquele ano, foram novamente efetuadas fotografias que demonstraram o aumento da distância entre a rocha e a arriba, o que agravava o risco de desabamento iminente.

Considerou fundamental abordar o assunto, dado que nem o Governo do Partido Socialista nem o do PSD deram andamento célere a um processo reconhecido por todos como urgente, face ao risco que representava. Salientou que, passados quase três anos, o processo permanecia estagnado.

Finalizou sublinhando que, da parte da Câmara Municipal, era essencial continuar a apelar à população para evitar o acesso àquele território, de modo a salvaguardar vidas humanas. Deixou, assim, mais um alerta, reforçando que esta era a maior preocupação. Reafirmou, ainda, a urgência da intervenção das entidades competentes para resolver o problema, mas que, até então, cabia à Câmara Municipal fazer tudo ao seu alcance para prevenir consequências graves.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que se registava com alguma preocupação o facto de, no presente ano, o Parque da Secil não estar novamente disponível. Embora aquele espaço não fosse da responsabilidade do Município, representava um reforço importante em termos de estacionamento numa das praias com maior procura, a Praia da Figueirinha. Manifestou, assim, dúvidas quanto à suficiência da manutenção do número de autocarros a circular para aquela praia, tendo em conta a ausência de cerca de 180 lugares de estacionamento.

Registaram com agrado que a carreira 4470, que assegura a ligação entre o ITS e o Creiro, iria contar novamente com um reforço das circulações, passando de 8 para 10 por dia. Recordou que, há dois anos, existiam apenas duas circulações diárias com destino ao Creiro a partir de Setúbal, número que passaria agora para cinco. Enfatizou que, nessa altura, defenderam a necessidade de aumentar a oferta para estimular a procura. No ano anterior, essa oferta fora felizmente reforçada, e a própria proposta reconhecia o aumento significativo da procura da carreira.

Por essa razão, considerou importante destacar que, fruto da insistência efetuada, atualmente dispunham de um número mais expressivo de circulações e de maior oferta de transportes públicos para o Creiro.

Contudo, registaram que, ao contrário do ano anterior, em junho deixariam de existir carreiras efetuadas nos feriados. Indicou que, no ano transato, os feriados contaram com um reforço específico de circulações, o que deixaria de ocorrer neste ano. Destacou que junho teria dois feriados nacionais — dias 10 e 19 — e ainda o dia 13, feriado em Lisboa, do qual beneficiavam muitos cidadãos residentes no concelho e que se deslocavam para Lisboa para trabalhar. Considerando que essa semana poderia ser vista por muitos como uma antecipação das férias, teria sido importante prever um reforço no serviço de transportes.

Por outro lado, apontou que, segundo a interpretação que faziam da proposta, em setembro deixariam de se realizar carreiras nos fins de semana da segunda quinzena, estando previstas apenas até ao final da época balnear, no dia 15.

Questionou se essa leitura estaria correta ou se, à semelhança do ano anterior, continuariam a existir circulações aos fins de semana durante o mês de setembro, dado que, como é do conhecimento geral, nos últimos anos o verão tem começado tardiamente, mas prolonga-se para além da época balnear.

Considerou, por isso, prudente garantir que, pelo menos durante a segunda quinzena de setembro, houvesse transporte público aos fins de semana para as praias, de modo a responder à procura natural e a evitar uma pressão significativa sobre o transporte individual, caso essas carreiras não fossem asseguradas.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, aparentemente, o PS tinha responsabilidades, mas apenas relativamente às propostas positivas, pelo que essas responsabilidades resultariam das propostas do PS.

Relativamente aos feriados em junho, explicou que os horários teriam de ser distribuídos entre a época balnear e a não balnear, e, neste caso específico, entre a época escolar e a não escolar.

Acrescentou que, durante a época escolar, não existiam condições para garantir um reforço significativo do transporte público. Observou ainda que, embora não tivesse referido anteriormente, no dia 1 de abril fora efetuado um reforço de transporte para o território e para as praias, durante a época escolar, particularmente aos fins de semana, sendo esse o serviço que se mantinha nesses períodos, dado que reforços adicionais não seriam possíveis durante a época escolar.

Informou também que, aos fins de semana, poderia haver possibilidade de reforço, mas que essa questão ainda estava a ser avaliada pela TML, não havendo, até ao momento, condições para garantir tal reforço.

Indicou que, no ano anterior, o número de utilizadores do transporte público tinha duplicado relativamente a 2023, passando de 200.000 para 400.000, o que, na sua opinião, demonstrava que a aposta estava efetivamente centrada no transporte público. Lamentou a indisponibilidade do Parque da Secil, mas considerou que o mais importante era garantir uma resposta adequada através do transporte público, e não pelo recurso ao estacionamento privado, dado que os 240 lugares disponíveis seriam manifestamente insuficientes para colmatar a totalidade das necessidades. Concluiu que a solução residia, assim, no reforço da oferta de transporte público.



50/63

**Vereador Joel Marques** – Disse que era um facto que a resposta fundamental passava pelo reforço do transporte público, mas observou que esse reforço estava a ser direcionado apenas para o Creiro, não abrangendo a Figueirinha, sendo que o parque em questão garantia estacionamento para esta última, e não para o Creiro.

Apesar das divergências de fundo que tem tido em diversas matérias — incluindo esta, em determinados momentos e aspetos —, considerou que a Vereadora Rita Carvalho reconheceria que, há dois anos, o PS insistiu fortemente no reforço das carreiras para o Creiro, sobretudo das partidas de Setúbal. Contudo, a resposta do executivo da CDU, representada pela Senhora Vereadora e pelo Senhor Presidente, foi a de que não existia procura, quando na realidade essa procura existia.

Mencionou que, na época, tinham insistido bastante — conforme se pode verificar nas atas — para que fosse encontrada uma solução de “vai e vem” que permitisse aos utilizadores circular entre o parque do Creiro, local onde deixavam os carros e que constituía a última paragem dos autocarros, e as praias de Galapos e Galapinhos. Contudo, na altura, tinha sido afirmado que tal não seria possível. Ressaltou, no entanto, que atualmente esse serviço de “vai e vem” já se encontrava implementado.

Por fim, referiu que, com agrado, registavam que as propostas apresentadas nesse sentido, apesar das dificuldades iniciais, estavam a receber algum acolhimento.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Referiu que, relativamente ao Creiro, em 2023 tinha sido reconhecido que o serviço de transporte era insuficiente, mas que naquele momento estava a ser prestado o possível. Acrescentou que, conforme consta nas atas, foi indicado que, havendo necessidade e procura, o serviço seria reforçado, o que tem vindo a ser feito. Indicou ainda que essa era a intenção para o futuro, não apenas para o Creiro, mas também para todas as outras praias.

Informou que, no presente ano, foi atribuída a bandeira azul não só à Praia da Figueirinha — que já a possuía há vários anos — mas também à Praia de Albarquel, sendo este o primeiro ano em que aquela distinção foi concedida a esta última. Considerou que este facto deveria ser valorizado e motivo de satisfação, uma vez que resulta dos investimentos realizados, das melhorias implementadas e do cumprimento dos requisitos exigidos para a atribuição do galardão.

**Sr. Presidente** – Disse que havia a garantia de continuidade no investimento no transporte público de acesso às praias e que, como certamente era do conhecimento dos senhores vereadores, a procura por esse serviço já tinha ultrapassado o limite máximo previsto nos contratos de concessão. Informou que essa era uma das limitações enfrentadas naquele momento. Naturalmente, os contratos de concessão futuros teriam de considerar esse aumento de procura, que não era expectável que ocorresse de forma tão rápida como aconteceu. Referiu que tal situação não se verificava apenas no concelho de Setúbal, mas também em toda a Área Metropolitana de Lisboa, onde todos os contratos já se encontravam no limite máximo da utilização de autocarros.

Apontou essa limitação como a razão pela qual o reforço de autocarros só poderia ocorrer após o término do ano escolar, dado que, naturalmente, o funcionamento do ano letivo tinha prioridade. Informou ainda que, naquele ano, já tinha sido feito um esforço no sentido de disponibilizar autocarros aos fins de semana, desde o dia 1 de abril, mantendo-se sempre a perspetiva de continuar a reforçar a capacidade do transporte público no acesso às praias da Arrábida.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o facto de não haver autocarros suficientes para responder às necessidades em período escolar constituía, efetivamente, uma justificação acolhível para a menção que tinha feito relativamente ao dia 13 de junho, por não ser feriado em Setúbal. No entanto, sublinhou que os dias 10 e 19 eram feriados nacionais. Assim, tal como no ano anterior se verificara o reforço dos transportes para as praias nos feriados e fins de semana, entendia que, também no presente ano, esse reforço deveria ter sido previsto especificamente para os feriados, e não apenas para os fins de semana.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Referiu que já tinha respondido àquela questão, esclarecendo que o assunto estava a ser trabalhado com a TML. Acrescentou que não havia qualquer inovação na proposta em causa e que, por não existirem, para já, condições para garantir essa resposta, a medida não estava integrada na proposta apresentada.

**Sr. Presidente** – Disse que ficava bem claro que era necessário continuar a reforçar os transportes públicos para as praias, dado que as populações estavam a aderir progressivamente, e de forma até mais positiva do que o inicialmente expectável, à utilização do transporte público. Considerou que essa adesão representava uma vantagem extraordinária, pelo que esse esforço continuaria a ser feito por parte da Câmara Municipal, no âmbito do diálogo mantido com a TML, no sentido de que, sempre que houvesse possibilidade de reforçar os autocarros no acesso às praias de Setúbal, tal reforço pudesse efetivamente concretizar-se.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Mário** – Disse que iria, uma vez mais, solicitar os orçamentos relativos ao prédio onde era proprietário de uma fração, informando que o último pedido fora efetuado no dia 8 de abril e que, no dia seguinte, se completariam 30 dias sem que tivesse obtido qualquer resposta. Aguardava, segundo as suas palavras, pela prepotência do senhor Vereador Carlos Rabaçal, questionando quando este se dignaria a entregar os referidos orçamentos.

Acrescentou que as obras estavam a ser mal executadas e que poderia demonstrar todas as irregularidades, uma vez que conhecia aquelas obras como a palma das suas mãos. Afirmou que tinham mandado cortar a escada de acesso ao telhado e que tinha todas essas situações gravadas, considerando o cenário uma vergonha. Disse ainda que, quando chegasse o momento adequado, conversariam em tribunal.

Reforçou o pedido pelos orçamentos e declarou que compareceria a todas as reuniões da Câmara até ao final do mandato. Queria saber quando se dignariam a recebê-lo, tendo em conta que o pedido inicial fora feito no dia 2 de abril e, até à data, ainda não obtivera resposta. Relativamente à senhora Vereadora Rita Carvalho, afirmou estar farto de enviar e-mails sobre viaturas abandonadas na sua rua. Criticou o serviço, dizendo que retiravam uma viatura e, passados três anos, retiravam outra. Desde que a responsabilidade pela remoção das viaturas deixara de ser da Câmara Municipal e passara a uma empresa, afirmou desconhecer os termos do contrato e considerou a situação vergonhosa, sustentando que, atualmente, havia ainda mais veículos abandonados do que anteriormente.

Finalizou dizendo que gostaria de saber quando seriam removidas as restantes viaturas da sua rua.

**Sr. Presidente** – Disse que não estava a perceber.

**Sr. Mário** – Disse que era proprietário desde o início da obra e que, desde então, já tinham ocorrido diversas reuniões de condomínio. Afirmou que quem praticava atos de prepotência era a chefe da Divisão da Habitação, a Dra. Maria Armada. Referiu que tentou integrar a administração do condomínio, mas não o permitiram, alegando que isso se devia ao receio de que denunciasses publicamente irregularidades, o que, segundo ele, não era do interesse de alguns intervenientes.

Apontou ainda que o tubo destinado à drenagem de águas pluviais, inicialmente previsto com um diâmetro de 50 mm, fora reduzido para 30 mm. Acrescentou que já tinha enviado um e-mail ao senhor Vereador Carlos Rabaçal com fotografias que documentavam essa alteração, mas que, até à data, não tinha obtido qualquer resposta.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor afirmava não ter sido deixado entrar para a administração, mas recordou que a constituição da administração era feita por eleição, pelo que apenas poderia integrar esse órgão se tivesse sido eleito pelos restantes condóminos.


**Sr. Mário** – Disse que era evidente que a Câmara detinha a maioria dos votos e, por isso, não o queriam na administração. Acrescentou que nem sequer na reunião relativa ao PRR o tinham deixado entrar, tendo sido barrado à porta, o que o levou a chamar a polícia — quanto mais para integrar a administração. Referiu ainda que a administração deveria ter sido substituída no final do ano, pois entendia que o mandato era anual e não de um ano para o outro. Criticou o processo, afirmando que mantiveram os elementos que já estavam e apenas acrescentaram uma pessoa, “para fazer figura”.

**Sr. Presidente** – Disse que não poderia responder, não conhecia.

**Sr. Mário** – Disse que tinha elaborado um abaixo-assinado porque a reunião deveria ter ocorrido no início de janeiro para apresentação de contas, mas a Dra. Sara só agendou a reunião para o dia 12 de março. Referiu que conseguiu recolher 25% das assinaturas necessárias, embora a Câmara tivesse respondido que tinha mais de 25%. Contudo, na cópia do abaixo-assinado recolheu ainda mais assinaturas, mas a Câmara alegou que ele tinha entregue papéis em branco.

Negou ter entregue papéis em branco a alguém para assinar. Informou que tinha um abaixo-assinado entregue em 6 de fevereiro e outro em 12 de fevereiro. Acrescentou que, se alguém quisesse a documentação, poderia consultar na Câmara, pois todos os pedidos lá estavam arquivados. Além disso, mencionou que tinha um pedido entregue no dia 8 de abril para que o senhor Vereador tomasse conhecimento, já que talvez não chegasse às suas mãos.

**Sr. Presidente** – Disse que esses assuntos tinham que ser tratados na direção do condomínio, pois naquela instância não dispunham de informação nem tinham condições para os avaliar.



53 / 63

**Sr. Mário** – Disse que os contratos do PRR não tinham sido assinados pela administração do condomínio, até porque nem condomínio existia formalmente. Quem assinou todos os acordos foi a Câmara Municipal de Setúbal, representada pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal. Referiu que tem pedido repetidamente todos os orçamentos, mas que estes nunca foram apresentados em reunião; depois, apareceu-lhe uma despesa de 18.000 euros, da qual pretende discutir a legitimidade em tribunal. Também solicitou as plantas das áreas comuns e, para as obter, teria de pagar as quotas do condomínio, o que estava disposto a fazer para ter acesso a essa informação.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador iria dar resposta a esse assunto. Relativamente aos carros na via pública, agradeceu a informação e afirmou que, com esses dados, certamente conseguiriam resolver o problema dos veículos abandonados que estivessem em condições de serem retirados.

**Sr. Mário** – Disse que o senhor Presidente tinha toda a razão por não ter conhecimento, mas que a senhora Vereadora Rita Carvalho não tinha desculpa, pois já sabia dessa situação há mais de três anos.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que as questões entre a Câmara e o senhor Mário, e vice-versa, já tinham vários anos. Colocou-se à disposição para fornecer aos senhores vereadores, se assim o entenderem, um dossiê com vários e-mails relativos a essas questões.

(burburinho na sala)

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Mário já tinha exposto as suas questões e que, naquela altura, seria a vez do senhor Vereador responder.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor era assim — assim no condomínio, assim em todo o lado. Referiu que o senhor Mário tinha tentado ser eleito para a administração do condomínio, mas o condomínio decidira não o eleger, pelo que o senhor Mário estava zangadíssimo por não ter sido escolhido pelos condóminos.


(burburinho na sala)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor Mário era um daqueles casos de proprietário que possuía uma segunda habitação por herança, e que, por esse motivo, não era elegível para os apoios do PRR.

(burburinho na sala)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a obra já tinha sido iniciada e que essa obra tinha um custo associado, mas que o senhor Mário tinha decidido que não precisava pagar por isso.

(burburinho na sala)

 54 / 63

**Sr. Presidente** – Disse que, para o senhor Mário deixar o senhor Vereador falar, o senhor Mário já tinha falado o suficiente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era positivo que o senhor Mário se expressasse dessa forma para que todos pudessem compreender como ele realmente era, pois agia assim com toda a gente e em qualquer lugar. Considerou importante que isso ficasse claro.

(burburinho na sala)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o problema era que o senhor Mário lhe tinha afirmado numa reunião que “*não paga e acabou*”, e que estava a procurar defeitos complicados na obra para justificar não pagar uma obra que, segundo ele, estava mal feita.

(burburinho na sala)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que essa questão já estava resolvida pelo condomínio e que iria ser resolvida de outra forma no que diz respeito ao restante. A obra estava a avançar normalmente e, no que dizia respeito ao prédio do senhor Mário, tudo tinha sido decidido em assembleia de condomínio, como tinha acontecido nos outros prédios. Referiu que o senhor Mário tentou participar numa reunião feita com as pessoas que tinham situações de apoio, para discutir os mecanismos de apoio, mas como não tinha sido eleito, não tinha sido convidado para essa reunião.

(burburinho na sala)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor não tinha sido convidado para a reunião e não tinha de ir à reunião. O senhor tentou ir à reunião, perturbar a reunião...

(burburinho na sala)

**Senhor Presidente** – Disse para o senhor Mário ter calma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação à questão colocada sobre a consulta dos orçamentos, foi informado que o senhor Mário possui o contacto dos serviços responsáveis e poderá falar com eles. O senhor Mário poderá consultar o processo nos termos da Lei, ficando autorizado a agendar, conforme a sua disponibilidade e a do serviço, uma visita para, devidamente acompanhado, analisar todo o processo referente ao seu lote — incluindo custos, soluções e toda a documentação disponível.

Foi ressaltado que esta é a possibilidade prevista legalmente, garantindo que o senhor, ou qualquer outro munícipe, tem o direito de aceder a essa consulta. O contacto será efetuado para que a visita seja agendada e o problema possa ser resolvido.

Quanto a outras questões relacionadas, foi expressa a opinião de que não existiriam soluções adicionais.

(burburinho na sala)

**Senhor Presidente** – Foi agradecida a presença do senhor Mário, assim como a informação prestada relativamente aos veículos abandonados. Foi também referido que o senhor Vereador irá convocá-lo para proceder à consulta dos documentos.

(burburinho na sala)

**Senhor Presidente** – Informou que essa questão seria tratada diretamente pelos serviços, que esclareceriam ao senhor quais os procedimentos a seguir.

**Sra. Isabel** – Informou que se encontrava numa situação de aflição. Desde janeiro do ano anterior, a sua senhoria a tinha avisado de que deveria sair da casa onde residia com as suas filhas, devido à intenção de requalificação do imóvel. A senhoria já havia procedido dessa forma várias vezes. Estavam naquela casa desde 2017 e, de ano e meio em ano e meio, a senhoria pedia aumentos na renda, mas, desta vez, exigia que saíssem.

Já se encontrava inscrita na habitação pública, tendo explicado a sua situação e tratado de toda a documentação necessária junto da Segurança Social, da Junta de Freguesia e outras entidades competentes. Não tinha feito exigências, uma vez que eram apenas três pessoas, e afirmou que aceitava qualquer solução que lhe arranjassem, desde que tivesse um teto. Foi-lhe atribuído um T2, ficando com 97 pessoas à sua frente na lista de espera.

No entanto, referiu que o senhor Carlos Rabaçal, sem que ela compreendesse o motivo, alterou a sua situação no ano anterior. Em vez do T2 inicialmente atribuído, foi-lhe dito que tinha solicitado a troca para um T3, o que não correspondia à realidade. Após uma conversa com o serviço competente, as senhoras restabeleceram a situação inicial, mas devido a essa alteração feita pelo senhor Carlos Rabaçal, a sua pontuação foi modificada, passando a ter mais de duzentas pessoas à sua frente na lista.

Por fim, informou que terá de sair da sua casa no próximo mês, mas foi-lhe dito que não existem habitações disponíveis para atribuição.

Referiu que só desejava uma casa arranjada, requalificada, para que as suas filhas tivessem um teto digno, mas que lhe respondiam constantemente que não havia disponibilidade. Realizou um atendimento com a Dra. Sara, que inicialmente foi educada e lhe explicou que teria de procurar soluções noutros locais. Contudo, com o tempo, sentiu que estava a ser encaminhada para sítios muito distantes, fora de Setúbal, o que não desejava. Expressou o seu apego a Setúbal, onde reside desde 2013, tendo mudado de casa várias vezes apenas para melhorar as condições das filhas.

Relatou que a sua filha possui um atestado de 60% de incapacidade, nunca aprendeu a ler e apresenta feridas pelo corpo, consequência de automutilação causada pela aflição e pelo medo constante de serem despejadas pela senhoria. Esta situação tem-lhe causado elevado gasto em medicamentos, sem que a filha apresente melhoria. Além disso, sofre de angina de peito e está muito preocupada ao ver as suas filhas a sofrerem com essa incerteza e medo de perderem o seu lar, situação que, segundo relatou, é prática habitual da senhoria para com todos os inquilinos.

Explicou que procurou ajuda naquela reunião por se encontrar numa grande aflição.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Carlos Rabaçal falaria com a senhora no final para verem o ponto de situação.

**Sr. Mário** – O Senhor informou que exerce a função de Subchefe de 2.ª classe no Regimento de Sapadores Bombeiros de Setúbal. Referiu que vinha tratar de dois assuntos que considerava injustos e que, mais uma vez, os colocavam em conflito com a Câmara Municipal.

Manifestou que a CDU, enquanto coligação política que se apresenta como defensora dos direitos e da valorização dos trabalhadores, aparentemente não estaria a cumprir esses princípios em Setúbal, pelo menos no que concerne aos Bombeiros Sapadores, situação que tem originado novos conflitos.

Informou que, no final do mês de fevereiro, foi publicada a legislação que enquadra os novos quadros remuneratórios dos Bombeiros Sapadores, a qual foi convertida em Decreto-Lei no dia 7 de abril. No entanto, até ao momento, no mês corrente, os novos índices remuneratórios ainda não tinham sido atualizados.

Referiu que contactou os Recursos Humanos, onde lhe foi comunicado que o Diretor dos Recursos Humanos, com base na sua interpretação do artigo 6.º, n.º 2, da lei, não podia proceder à atualização dos escalões remuneratórios sem antes emitir o SIADAP. Contudo, segundo a sua própria interpretação, aquele artigo apenas definia a forma como o SIADAP deveria ser aplicado aos níveis remuneratórios para efeitos de cálculo.

Acrescentou que os retroativos referentes às atualizações seriam pagos após a avaliação do SIADAP, caso fossem devidos. No mesmo dia, chegaram ao quartel informações de que as atualizações do SIADAP apenas seriam divulgadas no final de julho, questionando se tal procedimento estaria correto.

Referiu ainda que as atualizações deveriam ter sido efetuadas no mês anterior e que, agora, teriam de aguardar mais dois a três meses para as atualizações e para o pagamento dos retroativos. Isto implicaria, segundo o seu entendimento, a acumulação de um montante considerável de pagamentos, que ou seriam pagos de uma só vez — o que geraria um grande desconto em impostos — ou em tranches, obrigando os bombeiros a esperar ainda mais tempo para receberem os valores a que têm direito.

Comentou que a Câmara Municipal se comprometeu a realizar promoções para categorias de chefia, abrindo inicialmente quatro vagas para Subchefe Principal a partir da Subchefe de 1.ª classe, e mais quatro vagas para Subchefe Principal a partir da Subchefe de 2.ª classe. Posteriormente, decidiu abrir vagas adicionais: de Bombeiro Sapador para Subchefe de 2.ª classe; nove vagas de Subchefe de 2.ª classe para Subchefe de 1.ª classe; e nove vagas de Subchefe de 1.ª classe para Subchefe Principal.

Referiu que essas nomeações constituíam acréscimos às já realizadas anteriormente. Explicou que os concursos eram fechados e direcionados exclusivamente para quem já possuía a formação exigida, com o objetivo de promover essas pessoas, visto que não se esperava que os demais candidatos competissem em condições de igualdade, por não possuírem os conhecimentos necessários.

Segundo o seu relato, tratava-se novamente de um processo de nomeações, semelhante ao ocorrido, anos antes. Naquele tempo, após o seu ingresso como Subchefe de 2.ª classe, a Câmara teria aberto um concurso apenas dois dias antes da recruta de 2002 poder concorrer, excluindo essa turma. Na altura, sob o comando do Sr. Paulo Lamego e com o Vereador Rabaçal responsável pela vereação dos Bombeiros Sapadores, foram feitas promoções por nomeação, mesmo sabendo que a legislação que permitiria a abertura de concursos estava prestes a ser publicada. Essa situação teria sido realizada apressadamente para posicionar determinadas pessoas consideradas relevantes para aqueles cargos.

Recordou que havia sido afirmado que a recruta de 2002 fora injustiçada anteriormente e que seria compensada. No entanto, salientou que essa compensação resultou na preterição dos bombeiros da sua recruta, de 2006 — com exceção de um elemento, numa atitude que classificou como “gozo” do senhor Comandante, para demonstrar que ainda era possível progredir.

Criticou a acumulação de injustiças sucessivas, em vez da abertura de cursos de promoção de forma justa e equitativa, permitindo que todos os interessados concorressem. Reconheceu os constrangimentos financeiros que tal poderia representar para a Câmara, mas questionou, perante a possibilidade de abrir nove vagas por categoria, por que motivo essas vagas estavam a ser atribuídas a pessoas específicas, em vez de serem disponibilizadas a todos em igualdade de condições.

Acrescentou que os bombeiros preteridos nas promoções anteriores — seja por nota insuficiente ou, em alguns casos, por nomeações injustas — estavam novamente a ser prejudicados. Observou que se estaria a favorecer elementos que, ao longo do tempo, não demonstraram empenho em evoluir, em detrimento daqueles que efetivamente tinham condições para progredir.

Por fim, contestou a afirmação anterior de que essas nomeações não afetariam futuras promoções, afirmando que tal não correspondia à verdade. Segundo a sua análise, as nove vagas em questão iriam, sim, influenciar a progressão futura, pois seriam tidas em conta nos próximos concursos, dificultando ainda mais a evolução na carreira dos demais elementos qualificados.

Apontou que, na sua categoria de Subchefe de 2.ª classe, existia pessoal altamente qualificado, incluindo três elementos designados como formadores em áreas estratégicas do quartel — combate a incêndios urbanos, combate a incêndios florestais, grande ângulo, além de formadores em desencarceramento e socorrismo. Nenhum desses cinco elementos fora indicado para as nove vagas anunciadas.

Salientou que, mesmo preenchendo as quatro vagas inicialmente previstas, um desses elementos ficaria excluído, tendo ainda de competir com outros profissionais igualmente capacitados por apenas cinco lugares, enquanto nove vagas eram oferecidas.

Concluiu que a situação era injusta, colocando em risco a qualidade das futuras chefias e mantendo profissionais competentes estagnados nas suas funções. Com 44 anos, considerava que, caso não fosse incluído nas quatro vagas do concurso, dificilmente teria nova oportunidade, o que significaria o fim da sua carreira naquela função.

**Sr. Presidente** – Referiu que, ao longo do tempo, após um episódio em que a Câmara Municipal fora acusada de não dar resposta aos Bombeiros, verificou-se que, na realidade, a responsabilidade não recaía sobre a autarquia. Segundo ele, todos tinham conhecimento da verdadeira sequência dos acontecimentos, e nunca afirmou que os bombeiros estivessem errados — pelo contrário.

Desde que o Governo resolveu a questão através de uma alteração legislativa, a Câmara Municipal tem mantido um diálogo regular com o objetivo de solucionar a situação dos bombeiros, dentro das suas próprias capacidades. Reconheceu que existem diversas matérias que não dependem da Câmara Municipal, apesar das várias promessas feitas, que, na prática, ainda não se concretizaram.

Assinalou que tal situação afeta diretamente os bombeiros, pois são trabalhadores da Câmara Municipal e desempenham uma função de extrema importância no socorro às populações.

Por essa razão, a responsabilidade e a sensibilidade do tema, nas suas palavras, são “a duplicar ou a triplicar”.

Afirmou que não pretendia, com isso, desvalorizar os restantes trabalhadores da Câmara Municipal, mas sim destacar que, não apenas em Setúbal, estavam a surgir situações muito complexas, cujos responsáveis pela sua resolução continuavam a adiá-las. Essa era, na sua avaliação pessoal, a situação atual.

Acrescentou que, no âmbito da competência da Câmara Municipal, tinham procurado, ao longo de várias reuniões, encontrar soluções que fossem o menos penalizadoras possível para o corpo de bombeiros — e era essa a linha de ação que vinham a seguir. Reconheceu que as medidas adotadas não resolviam todos os problemas, fato que já havia sido discutido anteriormente. Admitiu que havia questões que, com o passar do tempo, não conseguiam resolver, mas acreditava que uma boa parte dos bombeiros compreendia essa realidade. Reconheceu, porém, que outros tinham dificuldade em aceitar a situação.

Reforçou que o objetivo da Câmara era encontrar soluções que respondessem às diferentes situações, de forma a evitar injustiças — ou, pelo menos, minimizar as que ocorressem — nas matérias que dependiam da autarquia. Afirmou estar consciente do empenho que vinha sendo dedicado a esse propósito.

Relativamente às duas questões específicas que haviam sido colocadas, referiu que o posicionamento remuneratório estava ligado ao SIADAP e sugeriu que a Senhora Vice-Presidente poderia fornecer uma resposta mais detalhada sobre o assunto.

Quanto à questão das promoções, explicou que os problemas estavam a ser resolvidos de forma progressiva, e que a Senhora Vice-Presidente esclarecerá como o processo está a ser conduzido, com o objetivo de minimizar os prejuízos para aqueles que haviam sido penalizados. Acrescentou que, passados tantos anos, já não era possível retroceder, sendo necessário ir resolvendo as situações gradualmente. Reconheceu que algumas questões não podiam ser solucionadas, por se tratar de circunstâncias do passado.

Destacou que o diálogo tem permitido compreender a situação de algumas pessoas que legitimamente defendem os seus direitos e aquilo a que consideram ter direito. Porém, é igualmente necessário que todos compreendam até onde a Câmara Municipal pode avançar, dado o tempo decorrido.

Finalizou afirmando que, relativamente às duas questões, a Senhora Vice-Presidente explicará concretamente as medidas que estão a ser adotadas.

Referiu que essas questões, mais de pormenor, para não serem tratadas numa reunião de Câmara, seriam abordadas numa próxima reunião em que participassem, ocasião em que seriam avaliadas todas as questões e concertadas as posições, procurando-se a melhor solução possível para essas situações que têm criado algumas dificuldades.

(intervenção inaudível)

**Sr. Presidente** – Referiu que esse era o objetivo e que iriam analisar a situação.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que era habitual manter-se disponível para falar com todos os trabalhadores da Câmara Municipal, tendo o senhor Mário comparecido no seu gabinete na segunda-feira anterior para solicitar atendimento. Contudo, explicou que, entre essa segunda-feira e a data da reunião, não lhe foi possível realizar esse atendimento.

Acrescentou que não iria aprofundar além do que já fora exposto pelo Sr. Presidente, pois considerava que o atendimento seria agendado e a conversa realizada oportunamente.

No que respeita ao estatuto e às respetivas alterações, esclareceu que este fora publicado em 27 de março. Na sua perspetiva, a Câmara não estaria a ultrapassar os limites para proceder à adequada conformação entre o estatuto atual e a Tabela Remuneratória Única. Indicou que existe uma norma a cumprir, segundo a qual o processo do SIADAP deveria estar previamente concluído.

Assim, os trabalhadores deveriam ser reposicionados no SIADAP de acordo com a posição que detinham, para posteriormente serem integrados na Tabela Remuneratória Única.

Explicou que, caso as pessoas fossem colocadas de imediato na Tabela Remuneratória Única, seria necessário proceder posteriormente a uma nova atualização, no caso de trabalhadores que, com pontos suficientes, vissem alterada a sua posição remuneratória, ou daqueles que, mediante reclamação, viessem a obter a pontuação necessária.

Recordou que a Câmara havia aprovado uma verba significativa para a opção gestionária, a qual também teria impacto nas carreiras dos bombeiros. Por esse motivo, consideravam mais adequado realizar todas as alterações após a conclusão do processo do SIADAP.

Informou que, até à data, encontravam-se na fase de tomada de conhecimento das avaliações e da homologação das mesmas, tendo já procedido à homologação de algumas. Após essa fase, os trabalhadores, nos termos da nova legislação, teriam 10 dias úteis para apresentar eventuais reclamações. Posteriormente, o Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) reunir-se-ia para analisar essas reclamações, podendo deferi-las ou indeferi-las, o que daria origem à atualização correspondente.

Adiantou que o plano consistia em efetuar, durante o mês de maio, a atualização para os trabalhadores que já possuíam os 8 pontos obrigatórios, e posteriormente realizar nova atualização para aqueles que, por via de reclamações, obtivessem os 8 pontos, ou pela opção gestionária. O objetivo seria evitar que os trabalhadores permanecessem por mais tempo à espera do pagamento dos retroativos.

Esclareceu que esses valores não tinham impacto direto nos impostos, pois, como já era prática habitual e mencionado em diversas ocasiões, os acertos de IRS são feitos aquando da entrega da declaração de liquidação, pelo que ninguém seria penalizado. O problema real, segundo afirmou, era que o dinheiro fazia falta às pessoas mensalmente.

Quanto à questão levantada pelo senhor Mário sobre o pagamento em tranches, explicou que tal situação esteve relacionada com o acordo do Tribunal Arbitral. Sublinhou que, no caso das atualizações remuneratórias da Câmara Municipal, estas não eram feitas em tranches. Como exemplo, referiu que em dezembro de 2023, quando foram pagos os retroativos referentes ao SIADAP de 2021/2022, o pagamento foi realizado integralmente.

Afirmou que a única razão para pagamentos faseados decorreu do cumprimento de decisões do tribunal e da CADA, referentes a posicionamentos remuneratórios.

Disse compreender que, do ponto de vista da legislação, poderia haver uma expectativa de que a Câmara procedesse imediatamente à atualização e transição para a Tabela Remuneratória Única, mas reiterou que era necessário primeiro concluir a atualização do SIADAP. Esse era o entendimento atual, tendo acrescentado que confirmaria a questão com o Dr. António Pinto, embora considerasse que realizar dois movimentos distintos poderia não ser muito benéfico para os trabalhadores.

Sobre a questão dos concursos, informou que já tinha recebido vários colegas do senhor Mário e que conversara com eles, reconhecendo a existência de diversas situações. Destacou, entre outras, que muitos trabalhadores tiveram a progressão congelada durante vários anos e que alguns se encontravam perto do final da carreira, manifestando o desejo de ter mais oportunidades para progredir.



60/63

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que depois falariam.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que agora já não tinha nada disso, agora tinha a Tabela Remuneratória Única.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não era por simpatia.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que depois falaria com o trabalhador.

**Sr. Presidente** – Disse que não podiam entrar em diálogo.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não se podia afirmar que as promoções ocorressem por simpatia, pois tal não existia. Explicou que as pessoas contempladas tinham realizado o curso de formação e reuniam os requisitos necessários, havendo um número definido de vagas. Acrescentou que, caso os trabalhadores desejassem concorrer, poderiam fazê-lo, e, caso contrário, não eram obrigados.

Informou que a Câmara Municipal estava a trabalhar na abertura de novos cursos de formação, com o objetivo de permitir a progressão de mais trabalhadores nas respetivas carreiras.

Comentou ainda que, quando o senhor Mário referia a existência de quatro vagas, era importante considerar que os trabalhadores que progredissem libertariam os seus lugares, pelo que, no futuro, haveria mais do que quatro vagas. Referiu que a porta não estava fechada e que, caso houvesse necessidade, seria possível abrir mais oportunidades para progressão.

Esclareceu que a questão dizia respeito à área operacional, que abrange desde os chefes de 2.ª classe até aos Subchefes Principais, e que, em muitas companhias e batalhões, tinham sido disponibilizadas vagas adicionais precisamente para permitir a progressão dos trabalhadores, evitando que estes chegassem aos cinquenta e tal anos ainda na categoria de Chefes de 2.ª classe.

Reconheceu que existiam outras questões a considerar, mas reforçou que o objetivo principal era criar oportunidades reais de progressão. Concluiu mencionando que o senhor Mário considerava que nem todos poderiam progredir, pois nem todos demonstravam mérito suficiente para tal.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que essa visão não correspondia à realidade. Explicou que existia um concurso com requisitos definidos, pelo que as promoções não ocorriam por pena nem por simpatia.

 61/63

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, tal como já havia sido referido pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, aquele era um processo que necessitava de ser trabalhado com cuidado, razão pela qual estava a demorar algum tempo. Explicou que a questão do reposicionamento na carreira e da progressão por via do SIADAP exigia prudência, para que os trabalhadores não fossem penalizados. Esclareceu que a sua intervenção visava precisamente sublinhar essa necessidade de cautela e repor a verdade dos factos.

Referiu que o conflito entre a Câmara Municipal — então sob gestão do executivo da CDU — e os Bombeiros Sapadores não se limitava apenas à questão recente resolvida pelo Governo do Partido Socialista, como tinha sido dito. Sublinhou que o conflito vinha de trás, incluindo mais de quarenta processos disciplinares instaurados, que acabaram todos arquivados. Mencionou também um despacho de nomeação de chefias considerado pelo tribunal como baseado em critérios obscuros, bem como um reposicionamento indevido na carreira, efetuado pela Câmara Municipal, que posteriormente teve de ser corrigido.

Por isso, considerou incorreto afirmar que a responsabilidade se restringia ao Governo, não concordando com a ideia de atirar para o Governo toda a responsabilidade. A responsabilidade pelos processos disciplinares era do executivo CDU, o reposicionamento errado na carreira também era da responsabilidade do executivo CDU, assim como os critérios obscuros apontados pelo tribunal.

Acrescentou que não lhe ficava bem “*sacudir a água do capote*” e que deveria assumir as suas responsabilidades no processo, nomeadamente pelo facto de terem demorado mais de um ano e meio a estabelecer pontes de diálogo que permitiram alcançar os necessários consensos e a tão desejada paz social.

**Sr. Presidente** – Referiu que os vereadores do Partido Socialista estavam sempre na linha da frente a dar contributos para a resolução dos problemas, destacando que, graças à sua intervenção, fora possível resolver a alteração ao Decreto-Lei em causa. Dirigindo-se ao Sr. Mário, afirmou que continuariam a dialogar, como sempre o tinham feito, reconhecendo a dificuldade de serem o mais justos possível naquele processo.

Considerou que todos tinham consciência de que existem situações difíceis de resolver, mas garantiu que a Câmara procurava resolver o máximo e da melhor forma possível, destacando que esse entendimento deveria resultar do diálogo. Sublinhou que a abertura existente naquela relação era prova disso mesmo.

Agradeceu a presença do representante dos bombeiros, que se deslocara para expor as suas razões, e referiu que algumas matérias técnicas não eram acompanhadas com tanta proximidade por si, mas que a Sra. Vice-Presidente já havia esclarecido o objetivo e a linha condutora do processo.

Informou que, na próxima reunião, a situação seria aprofundada e avaliada em conjunto, com o intuito de encontrar o melhor caminho para não penalizar, ou penalizar o menos possível, os bombeiros.

Concluiu afirmando que era essa a garantia que podia dar, e que esse era o trabalho que vinham desenvolvendo com os bombeiros, assim como com todos os trabalhadores, conscientes das dificuldades e situações mais complicadas que estes tinham enfrentado.

(burburinho de fundo)

**Sr. Presidente** – Referiu que o problema residia em algumas pessoas que se queixavam repetidamente desses problemas, mas que, quando tinham oportunidade de os resolver, não

 62/63

o faziam. Acrescentou que, no final, era a Câmara Municipal que acabava por assumir a responsabilidade, ficando sobrecarregada com as situações e com as queixas apresentadas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte uma horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

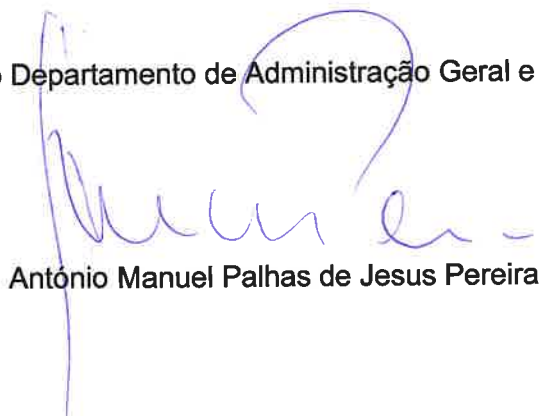
O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 02 de julho de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 63 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:

Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

António Pereira